

**INFORME DE RESULTADOS
IFRS - 2011**



Santander
Banco Santander (Brasil) S.A.





ÍNDICE

RESUMO DADOS DO PERÍODO	03
DESTAQUES DO PERÍODO	04
RATINGS	06
AMBIENTE MACROECONÔMICO	07
EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES	08
ESTRATÉGIA	09
SUMÁRIO EXECUTIVO	10
RESULTADOS DO SANTANDER NO BRASIL	
RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONTÁBIL E DO RESULTADO GERENCIAL	11
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	12
BALANÇO PATRIMONIAL	17
ANÁLISE DE RESULTADO POR SEGMENTO	23
CARTÕES	24
GESTÃO DE RISCOS	25
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CORPORATIVA	27
RESUMO DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GERENCIAIS	28
ANEXOS	30



RESUMO DE DADOS DO PERÍODO

As informações deste release são baseadas nos resultados consolidados do Banco Santander (Brasil) S.A., preparados de acordo com as normas internacionais - IFRS (International Financial Reporting Standards). No anexo são apresentadas as informações financeiras adicionais não auditadas. As demonstrações financeiras completas auditadas do ano de 2011 estarão disponíveis no site de Relações com Investidores e órgão reguladores, até o dia 30 de março de 2012.

Os dados abaixo, referentes aos resultados e indicadores de desempenho, são gerenciais, uma vez que se referem ao resultado contábil, ajustado pelo *hedge* fiscal do investimento na agência de Cayman, pela unificação de classificação contábil de operações de leasing, ocorrida por ocasião da integração de sistemas da Santander Leasing Arrendamento Mercantil, e por itens não recorrentes. Ressaltamos que estes ajustes, não têm efeito sobre o lucro líquido. A reconciliação entre o resultado contábil e o resultado gerencial está na página 11 deste relatório.

ANÁLISE GERENCIAL	2011	2010	Var.	4T11	3T11	Var.
			2011x2010			4T11x3T11
RESULTADOS (R\$ milhões)						
Margem de juros líquida	27.902	24.645	13,2%	7.604	6.899	10,2%
Comissões Líquidas	7.339	6.834	7,4%	1.855	1.836	1,0%
Despesas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.383)	(8.783)	6,8%	(2.320)	(2.703)	-14,2%
Despesas Administrativas e de Pessoal	(12.372)	(11.230)	10,2%	(3.360)	(3.086)	8,9%
Lucro líquido	7.755	7.382	5,1%	1.799	1.802	-0,2%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)						
Ativo total	399.886	374.663	6,7%	399.886	414.983	-3,6%
Títulos e valores mobiliários	75.257	89.823	-16,2%	75.257	74.743	0,7%
Carteira de crédito ¹	194.184	160.559	20,9%	194.184	184.727	5,1%
Pessoa física	63.413	50.981	24,4%	63.413	60.170	5,4%
Financiamento ao consumo	30.459	26.969	12,9%	30.459	28.712	6,1%
Pequenas e médias empresas	47.940	38.178	25,6%	47.940	44.179	8,5%
Grandes empresas	52.373	44.431	17,9%	52.373	51.666	1,4%
Carteira de crédito ampliada ²	208.862	172.174	21,3%	208.862	199.270	4,8%
Captação de clientes ³	180.508	159.882	12,9%	180.508	178.428	1,2%
Patrimônio líquido final	78.032	73.364	6,4%	78.032	76.992	1,4%
Patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴	47.741	43.563	9,6%	47.741	46.918	1,8%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - anualizado	10,2%	10,3%	-0,1 p.p.	9,5%	9,6%	-0,1 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴ - anualizado	16,2%	16,9%	-0,7 p.p.	15,1%	15,4%	-0,3 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio - anualizado	2,0%	2,2%	-0,2 p.p.	1,8%	1,8%	0,0 p.p.
Índice de Eficiência ⁵	34,0%	34,2%	-0,2 p.p.	35,3%	33,4%	1,9 p.p.
Índice de Recorrência ⁶	59,3%	60,9%	-1,5 p.p.	55,2%	59,5%	-4,3 p.p.
Índice de Basileia excluindo ágio ^{4/13}	19,9%	22,1%	-2,2 p.p.	19,9%	19,1%	0,8 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)						
Índice de Inadimplência ⁷ - IFRS	6,7%	5,8%	0,9 p.p.	6,7%	6,7%	0,0 p.p.
Índice de Inadimplência ⁸ (acima de 90 dias) - BR GAAP	4,5%	3,9%	0,6 p.p.	4,5%	4,3%	0,2 p.p.
Índice de Inadimplência ⁹ (acima de 60 dias) - BR GAAP	5,5%	4,7%	0,8 p.p.	5,5%	5,3%	0,2 p.p.
Índice de Cobertura IFRS ¹⁰	85,5%	98,3%	-12,8 p.p.	85,5%	89,0%	-3,5 p.p.
Índice de Cobertura BR GAAP	136,8%	137,1%	-0,3 p.p.	136,8%	141,2%	-4,4 p.p.
OUTROS DADOS						
Ativos sob administração - AUM (R\$ milhões)	113.022	111.338	1,5%	113.022	115.180	-1,9%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	41.699	37.294	11,8%	41.699	41.008	1,7%
Agências	2.355	2.201	154	2.355	2.294	61
PABs	1.420	1.495	(75)	1.420	1.437	(17)
Caixas eletrônicos	18.419	18.312	107	18.419	18.342	77
Total de Clientes (mil)	25.299	23.038	2.260	25.299	24.743	556
Total de Correntistas ¹¹ (mil)	19.322	18.085	1.236	19.322	19.080	242
Funcionários ¹²	54.602	54.406	196	54.602	52.770	1.832

1. Informações gerenciais.

2. Inclui compra de carteira e outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior).

3. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debenture, LCA e LCI e Letras Financeiras

4. Para 2010, exclui ágio apurado na aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência. Para o período de 2011 exclui somente o ágio apurado na aquisição do Banco Real. Segundo o critério do Banco Central do Brasil, o índice de Basileia incluindo ágio é de 28,4% para Dez/10 e 24,8% para Dez/11.

5. Eficiência: Despesas Gerais/Total de Receitas .

6. Comissões líquidas / Despesas gerais.

7. (Operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência) / carteira de crédito.

8. Operações vencidas há mais de 90 dias / carteira de crédito em BR GAAP.

9. Operações vencidas há mais de 60 dias / carteira de crédito em BR GAAP.

10. Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa / operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência.

11. Quantidade de contas movimentadas e não movimentadas no período de 30 dias, de acordo com o BACEN.

12. Considera o Banco Santander (Brasil) S.A. e subsidiárias consolidadas no balanço patrimonial.

13. Desconsidera o efeito do ágio conforme determinado pela regra internacional, no patrimônio de referência I.



DESTAQUES DO PERÍODO

RESULTADOS

■ **O lucro líquido de 2011 foi de R\$ 7.755 milhões**, com crescimento de 5,1% (ou R\$ 373 milhões) em relação aos R\$7.382 milhões do mesmo período de 2010. No trimestre apresenta queda de 0,2%.

INDICADORES

- Evolução dos **indicadores de Gestão** em doze meses (2011/2010):
 - Eficiência: 34,0% em 2011, com melhora de 0,2 p.p.
 - Recorrência: 59,3% em 2011, com redução de 1,5 p.p.
 - ROAE: 16,2% em 2011 com redução de 0,7 p.p.
- **Indicadores de Solidez:**
 - Índice de Basiléia: 19,9% em 2011, alta de 0,8 p.p. no trimestre e redução de 2,2 p.p. em doze meses.
 - Cobertura: 85,5% em dezembro de 2011, com queda de 3,5 p.p. em três meses e 12,8 p.p. em doze meses.

BALANÇO

- **Ativos de R\$ 399.886 milhões**, com crescimento de 6,7% em doze meses.
- **Crédito a Clientes de R\$ 194.184 milhões**, com alta de 20,9% em doze meses. **Carteira de crédito ampliada com alta de 21,3%**, totalizando R\$ 208.862 milhões no mesmo período.
- **Patrimônio Líquido Médio totalizou R\$ 47.741 milhões** (excluindo ágio médio de R\$ 27.975 milhões)

NOSSAS AÇÕES - Bovespa: SANB11 (Unit), SANB3 (ON), SANB4 (PN); NYSE (BSBR)

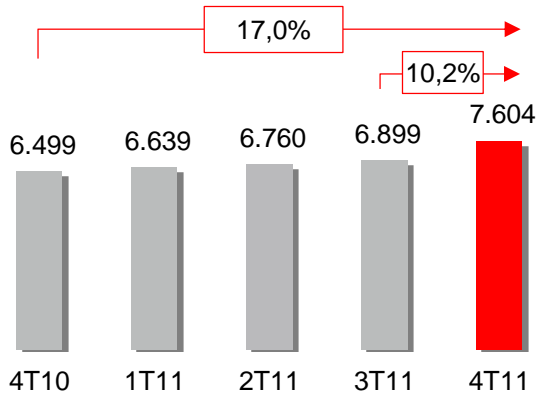
- Valor Mercado¹ em 29/12/2011: R\$ 57 bilhões ou US\$ 30 bilhões
- Número total de ações (mil): 399.044.117
- Lucro Líquido² no 12M11 por:
 - Lote de mil Ações - R\$ 19,43
 - Lote de dez Units - R\$ 20,41

1. Valor de mercado (número total de ações (ON+PN))/105 (Unit = 50 PN + 55 ON) x preço de fechamento da Unit (SANB11) e taxa de câmbio R\$/US\$ de 1,8671) Exclui o total de recompra efetuada até o final de Dezembro de 2011, correspondente a 746.938.500 ações.

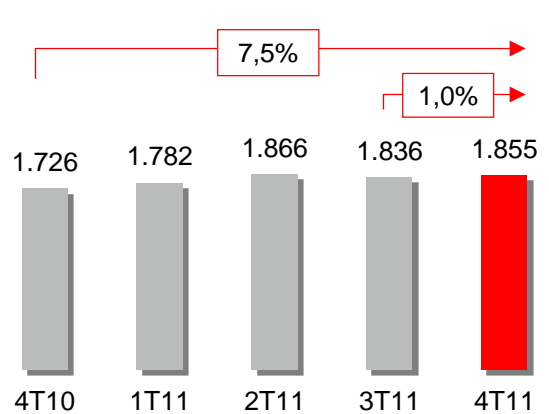
2. Cálculo não leva em consideração o fato de que os dividendos atribuídos às ações preferenciais são 10% superiores ao montante atribuído às ações ordinárias.



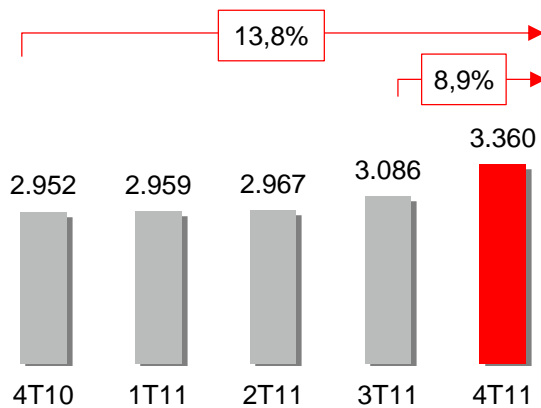
Margem Líquida com Juros
R\$ milhões



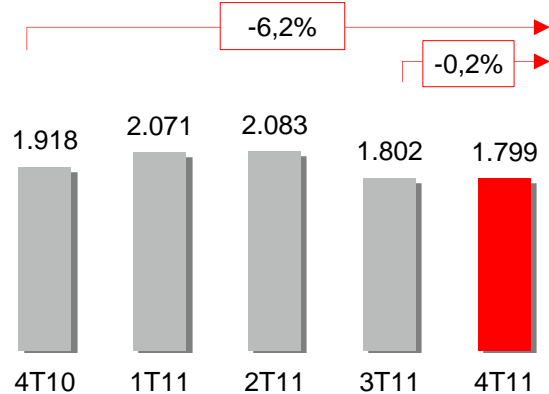
Comissões Líquidas
R\$ milhões



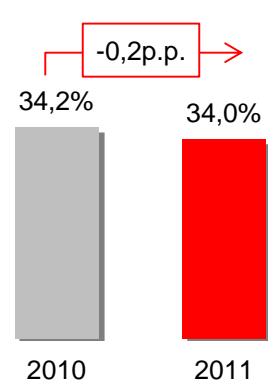
Despesas Administrativas e de Pessoal
R\$ milhões



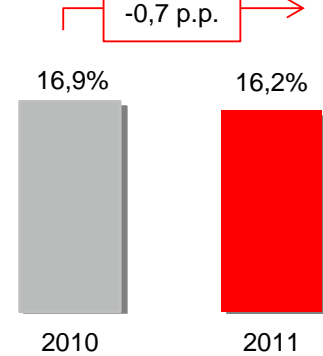
Lucro Líquido
R\$ milhões



Índice de Eficiência
%

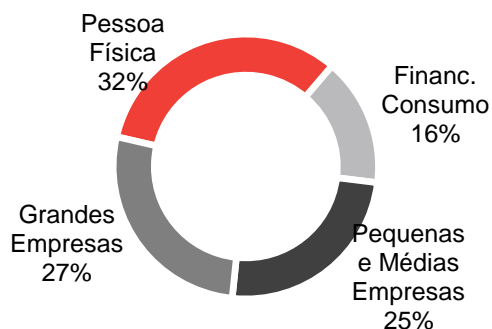


ROAE¹
%

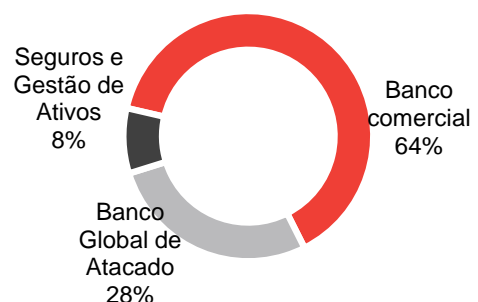


1) Lucro líquido anualizado sobre o patrimônio líquido médio ajustado pelo ágio.

Distribuição da Carteira de Crédito
2011



Lucro antes de impostos por segmentos
2011





O Santander é classificado por agências internacionais de “rating” e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração. No quarto trimestre o Santander Brasil teve sua classificação de rating elevada: A Standard & Poor's, uma das principais agências classificadoras de risco de crédito, elevou a nota do banco, de BBB- para BBB, reforçando a forte posição de negócios e capital, rentabilidade e posição de risco adequados.

A tabela abaixo apresenta as classificações de risco atribuídas ao banco pelas três principais agências de rating mundiais.

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
AGÊNCIA DE RATING	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	A- (estável)	F1	BBB+ (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (estável)	A-3	BBB (estável)	A-3	brAAA (estável)	brA-1
	Depósito Moeda Local		Depósito Moeda Estrangeira		Nacional	
Moody's (perspectiva)	A2 (estável)	Prime-1	Baa2 (positiva)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas agências de Rating: Fitch Ratings (07 de abril de 2011); Standard & Poor's (29 de novembro de 2011) e Moody's (20 de junho de 2011).



AMBIENTE MACROECONÔMICO

Ao longo do segundo semestre de 2011 a economia brasileira registrou sinais de moderação da atividade econômica. O PIB do terceiro trimestre, divulgado em dezembro, desacelerou o ritmo de crescimento, passando de 3,3% no 2T11 (2T11 vs. 2T10) para 2,1% (3T11 vs. 3T10), o que reflete a combinação de demanda global menos aquecida e efeitos defasados do aperto monetário realizado entre abril de 2010 e meados de 2011. A desaceleração foi mais intensa na produção industrial, que mostrou fraco dinamismo ao longo de 2011. A demanda doméstica também perdeu o dinamismo, mas continua mais forte do que a atividade industrial, sustentada pelos ganhos contínuos no emprego e na renda.

A Inflação tem diminuído como consequência da desaceleração econômica, mas continua a ser ponto de atenção. A inflação ao consumidor acumulada em 12 meses (IPCA) retrocedeu do pico atingido no terceiro trimestre e fechou o ano em 6,5% em linha com o teto da meta de inflação (4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais em torno desse valor). Os preços de serviços de 2011 foram o principal determinante para esse resultado, com aumento de 9,0%, principalmente por custos crescentes de mão de obra. Os preços no atacado, por outro lado, apresentaram alta mais suave, influenciados pela queda nos preços das commodities internacionais.

A deterioração do cenário internacional combinada com declínio relativo da inflação e os riscos que ela impõe à economia doméstica refletiram nas medidas monetárias do Banco Central numa postura de afrouxamento monetário: a meta da taxa overnight (Selic) foi reduzida para 11% a.a. em dezembro, e algumas das medidas macroprudenciais adotadas em 2010 foram parcialmente revertidas, como uma forma de estimular a expansão do crédito. O estoque de crédito fornecido pelo sistema financeiro ultrapassou R\$ 2 trilhões ao final de 2011 (49,1% do PIB), representando um crescimento de 19% em 12 meses. A expansão do crédito imobiliário (44,5% em 12 meses) continua a superar as demais modalidades. A inadimplência aumentou para 5,5% em dezembro, frente aos 5,3% no final do terceiro trimestre.

Mesmo com o cenário externo desfavorável, o Brasil registrou um superávit comercial de US\$ 29,8 bilhões em 2011, quase 50% acima do superávit de US\$ 20,3 bilhões registrado em 2010. Apesar do declínio visto no segundo semestre, os preços das commodities ainda estavam em média mais altos, do que

no ano anterior, e responderam por boa parte do crescimento de 27% nas exportações. As importações avançaram 25%, refletindo a expansão da demanda doméstica. As despesas líquidas com serviços e rendas se elevaram no quarto trimestre, quando comparadas com os níveis observados no mesmo período de 2010. Como resultado, o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses se ampliou nos últimos meses do ano, fechando 2011 aos US\$ 51,9 bilhões (2,1% do PIB).

O investimento estrangeiro direto manteve-se forte nos últimos meses de 2011, apesar da crise, e totalizou US\$ 66,7 bilhões em 2011 – mais do que compensando o déficit em conta corrente. A turbulência nos mercados internacionais parece ter afetado parcialmente outras fontes de financiamento externo – como o investimento em carteira e algumas modalidades de empréstimos externos –, mas em geral o acesso ao crédito internacional continua suficiente para financiar as necessidades externas do Brasil. As reservas internacionais terminaram 2011 a US\$ 352 bilhões, constituindo um colchão confortável contra a crise internacional. No entanto, a deterioração do cenário externo tem mantido o real sob alguma pressão. A taxa de câmbio encerrou o ano, cotada a R\$ 1,88/US\$.

Elevadas receitas fiscais e um controle mais apurado das despesas permitiram ao setor público acumular um superávit primário de 3,3% do PIB nos doze meses encerrados em novembro de 2011, acima da meta de 3% do PIB para o ano. Considerando o pagamento de juros sobre a dívida pública, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 2,4% do PIB no mesmo período. O esforço fiscal, combinado com as taxas de juros mais baixas e os efeitos do enfraquecimento da moeda (dado que o setor público é atualmente um credor líquido em moeda estrangeira), levou a dívida líquida do setor público para 36,6% do PIB no final de novembro (em Novembro de 2010 foi 38,8%), uma queda de 2,2 % em 12 meses. A boa performance das contas fiscais reforça a visão positiva sobre a economia brasileira, que tem sido capaz de suportar a turbulência da crise internacional sem riscos substanciais de problemas fiscais ou de balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que preservou o crescimento econômico, a um ritmo um pouco mais leve.

ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	4T11	3T11	4T10
Risco país (EMBI)	220	209	185
Câmbio (R\$/ US\$ final)	1,876	1,854	1,666
IPCA (em 12 meses)	6,50%	7,31%	5,91%
Taxa Selic - Meta (a.a.)	11,00%	12,00%	10,75%
CDI ¹	2,67%	3,01%	2,56%
Ibovespa (em pontos/fechamento)	56.754	52.324	69.305

1. Taxa efetiva no trimestre.



EVENTOS RECENTES

VENDA DA SANTANDER SEGUROS

Com base na aprovação prévia emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP no dia 23 de agosto de 2011, em 05 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a “Operação”) da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral Santander Seguros S.A. (“Santander Seguros”) para (i) Zurich Santander Insurance America, S.L., sociedade holding com sede na Espanha (“Zurich Santander Insurance”) detida, direta ou indiretamente, 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Financial Services Ltd. e suas afiliadas (“Zurich”) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander, S.A. (“Santander Espanha”), e (ii) Inversiones Zurich Santander America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander Insurance (“Inversiones ZS”). Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Santander Brasil à Zurich Santander Insurance, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e (ii) pelo Santander Brasil à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Santander Seguros, e o pagamento do preço de compra e venda preliminar ao Santander Brasil, no montante total de R\$ 2.751.557.571,98. O preço de compra e venda final será definido oportunamente, com base no balanço patrimonial especial a ser preparado pela Santander Seguros em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 e nos mecanismos de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011 e, uma vez definido, o Santander Brasil irá divulgá-lo ao público em geral e realizará a oferta do direito de preferência aos seus acionistas, nos termos do artigo 253 da Lei nº 6.404/76. A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander Insurance, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Como parte da Operação, o Banco distribuirá exclusivamente os produtos de seguros nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada. A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros. A Operação, na forma da regulamentação aplicável, está sujeita à homologação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ADITAMENTO AO FORM F-3 E VENDAS DE ADS PELO GRUPO SANTANDER

No dia 14 de novembro de 2011 o Banco Santander protocolizou pedido de registro de um aditamento nº 2 ao Registration Statement no Formulário F-3, o qual tem validade automática, junto à Securities and Exchange Commission (“SEC”), para permitir a venda de ADSs ou Units do Banco Santander por empresas do Grupo Santander ou o próprio Banco Santander. Adicionalmente, nos termos de prospecto suplementar arquivado no dia 16 de novembro de 2011, qualquer um dos acionistas Banco Santander, S.A. (“Santander Espanha”), Grupo Empresarial Santander, S.L., e Banco Madesant – Sociedade Unipessoal S.A. (uma empresa afiliada do grupo) poderá oferecer para venda, periodicamente, até 310.832.288 ADSs ou Units do Banco Santander. O propósito de ditos documentos é ter disponível para venda, em uma base registrada, pelo Banco Santander e certas companhias pertencentes ao Grupo Santander, aproximadamente 8% do capital social do Banco Santander. Conforme informado pelo Santander Espanha, é intenção do Grupo Santander que o registro seja utilizado para: (i) permitir maior flexibilidade ao Grupo Santander com relação ao cumprimento de seu compromisso de entregar aproximadamente 5% de sua participação no Banco Santander nos termos dos títulos permutáveis emitidos; e (ii) cumprir o compromisso do Santander Espanha de atingir um free float de 25% no Banco Santander antes de outubro de 2012 (ou, sujeito a um acordo com a BM&FBOVESPA, antes de outubro de 2014), quando as condições de mercado estiverem apropriadas. Nenhum registro perante a CVM de oferta pública de valores mobiliários no Brasil foi solicitado.

Em 09 de janeiro de 2012 o GES (Grupo Empresarial Santander) transferiu ao Santander Espanha ADRs representativos de aproximadamente 5,18% do capital social do Santander Brasil, em uma reorganização interna no grupo Santander, para a transferência de aproximadamente 4,41% do capital social do Santander Brasil para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos. A emissão desses títulos permutáveis pelo Santander Espanha foi objeto de Fato Relevante datado de 29 de outubro de 2010. Como resultado dessas transferências o Santander Espanha, direta ou indiretamente, passou a deter 78,14% do capital votante e 76,97% do capital total do Santander Brasil, e o free float passou a ser de 22,75% do capital total¹.

¹Total capital: Santander Espanha: 76,97%; Free float: 22,75 e Funcionários / Outros: 0,28%



ESTRATÉGIA

No primeiro semestre de 2011 o Santander manteve foco na finalização do processo de integração. Já no segundo semestre, com a integração concluída, o banco deu início a execução do Plano Estratégico, que abrange o período de 2011-2013. Os detalhes deste plano foram compartilhados com o mercado em Setembro de 2011, quando o Banco Santander Brasil participou em Londres do Investor Day realizado pelo Grupo Santander. Os principais pontos apresentados para o mercado, foram:

- Melhorar o atendimento aos clientes, através da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura. A meta para a abertura de agências para o triênio, será de 100 a 120 agências por ano;
- Intensificar o relacionamento com todos os segmentos de clientes;
- Aumentar os negócios nos principais segmentos para o Banco, como PMEs, cartões emissor, negócio adquirente, crédito imobiliário e financiamento de veículos;
- Aproveitar todas as oportunidades de ofertar produtos e serviços entre os diferentes segmentos;
- Continuar construindo e fortalecendo a marca Santander no Brasil, passando a figurar no TOP 3 de marcas financeiras privadas;
- Manter a prudência na gestão dos riscos.

O Banco Santander anunciou ainda, que para os anos de 2012 e 2013, espera aumentar a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) o lucro líquido em torno de 15%, as receitas em 14%-16%, as despesas (incluindo amortização) em 11-13% e a carteira de crédito total em 15%-17%, com base no padrão contábil internacional.

Além disso, houve o lançamento do plano “Rio 2 mil e sempre” que tem por objetivo aumentar significativamente a presença do Banco no Estado do Rio de Janeiro.

Estas ações refletem que, com o fim da integração, o banco está melhor estruturado para desenvolver o seu negócio e conta com equipes capacitadas, oferta competitiva e estratégia de comunicação forte. O Santander Brasil mantém o foco em tornar-se o melhor e mais eficiente banco no país na geração de valor para os acionistas, satisfação para clientes e funcionários e atratividade da marca. Por isso, busca constantemente ser um banco cada vez mais simples, seguro, eficiente, rentável e de qualidade.

Posicionado como um Banco universal, com foco no varejo, o Santander compartilha das melhores práticas globais, diferenciando assim, o seu modelo de negócio. A eficiência na gestão de custos, a forte base de capital e a gestão conservadora de risco de liquidez traduzem esse diferencial que, em resumo, está orientado sobre 5 principais eixos:

1) Orientação ao cliente; 2) Franquia global; 3) Eficiência de custo; 4) Gestão prudente de risco; e 5) Balanço patrimonial sólido.

Ao longo do quarto trimestre, o Banco Santander deu início a diversas ações, visando à melhoria no atendimento e satisfação dos clientes. Dentre as ações destacam-se melhorias visando maior simplicidade e agilidade de sistemas e processos como: unificação dos processos de atendimento no Call Center, atendimento telefônico mais eficiente e troca de mais de 1.300 caixas eletrônicas (ATM's).

O Santander também passou a oferecer para os clientes Van Gogh, um conjunto de novos benefícios, com o intuito de apoiá-los nos serviços imobiliários durante e após a compra do imóvel, com assessoria e condições diferenciadas.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O lucro líquido do Santander totalizou R\$ 7.755 milhões em 2011, com crescimento de 5,1% comparado com igual período de 2010 e queda de 0,2% em relação ao trimestre anterior. O patrimônio líquido médio registrou em 2011, R\$ 47.741 milhões, excluindo R\$ 27.975 milhões referentes ao ágio médio da aquisição do Banco Real. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) ajustado pelo ágio atingiu 16,2% em doze meses, redução de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

No quarto trimestre de 2011, o Banco Santander Brasil concluiu a operação de venda da Santander Seguros por R\$ 2,7 bilhões, gerando um ganho de R\$ 424 milhões em IFRS. (Para mais informações ver itens não recorrentes significativos no período descritos na página 11).

O índice de eficiência atingiu 34,0% em 2011, com melhora de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2010. Este desempenho é, em grande parte, consequência do aumento das receitas de margem com juros e de comissões, de 13,2% e 7,4%, respectivamente. As despesas gerais (administrativas + pessoal) apresentaram alta de 10,2%, em doze meses, explicada, em parte, pela expansão das equipes comerciais. No trimestre, o índice de eficiência alcançou o patamar de 35,3%, com aumento de 1,9 p.p.

- **Indicadores de Solidez:** o índice de Basileia em dezembro de 2011 alcançou 19,9%, com redução de 2,2 p.p. em doze meses. Já o índice de cobertura atingiu 85,5% em dezembro de 2011.

A carteira de crédito total alcançou R\$ 194.184 milhões em dezembro de 2011, com crescimento de 20,9% em doze meses (ou R\$ 33.625 milhões) e 5,1% no trimestre. O segmento de pessoa física registrou crescimento de 24,4% em doze meses e 5,4% no trimestre. Os produtos de maior destaque na carteira em ambos os períodos foram, cartões e imobiliário.

Já no segmento de Financiamento ao Consumo, vale destacar a aceleração da atividade comercial, reflexo da reestruturação que contemplou reforço da equipe, melhora na gestão de riscos, além de adequação de produtos e operações. Esse segmento apresentou crescimento de 12,9% em doze meses e 6,1% no trimestre.

O volume de crédito do segmento de pequenas e médias empresas somou R\$ 47.940 milhões no quarto trimestre de 2011, com alta de 25,6% em doze meses e 8,5% no trimestre.

No conceito carteira de crédito ampliada¹, a carteira cresceu 21,3% em doze meses e 4,8% no trimestre.

O total de captações, incluindo captações de clientes² e fundos de investimentos, atingiu R\$ 293.530 milhões, em dezembro de 2011, com crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período de 2010 e estabilidade no trimestre. O total de captações de clientes atingiu R\$ 180.508 milhões no quarto trimestre de 2011, registrando alta de 12,9% em doze meses e aumento de 1,2% no trimestre.

1. Inclui compra de carteira e outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior);

2. Inclui poupança, depósito à vista, depósito a prazo, debêntures, LCA, LCI e letras financeiras.



RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO CONTÁBIL E O RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, apresentamos, neste relatório, a demonstração do Resultado Gerencial, que inclui os ajustes realizados sobre a Demonstração de Resultado Publicada (Contábil). Os ajustes referem-se ao *hedge* fiscal do investimento na agência de Cayman, à unificação de classificação contábil de operações de leasing e aos impactos de itens não recorrentes no período. Cumpre esclarecer que estes ajustes não têm efeito sobre o lucro líquido.

Hedge Fiscal: Reclassificamos para a linha de Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos, o efeito fiscal do *hedge* que impacta originalmente a linha de impostos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos (perdas) com a variação cambial (R\$/US\$) do investimento em dólar em Cayman não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de *hedge*, composta por derivativos, foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos. Assim, a alíquota efetiva de impostos e o resultado com ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros ainda são impactados por variação na taxa de câmbio.

Santander Leasing: Unificação de classificação contábil de operações de leasing ocorrida em 2010, por ocasião da integração de sistemas. Em 2011 não há incidência deste ajuste.

Itens não recorrentes significativos no período: A operação de venda da Santander Seguros S.A. (“Santander Seguros”) para Zurich Santander Insurance America, gerou um ganho de R\$ 424 milhões em IFRS¹. Este valor está registrado na linha de “ganhos líquidos na alienação de bens”. Adicionalmente, aumentamos as provisões para contingências em montante semelhante durante o período.

Cabe notar que estas movimentações não impactaram o lucro líquido em IFRS, no período. Para mais informações observar a página 16 deste documento.

Todas as informações, indicadores e comentários relativos à Demonstração de Resultados neste relatório consideram o Resultado Gerencial, exceto quando citado.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	2011			2010			2010			4T11			3T11			
	Contábil	Hedge Fiscal	Itens não recorrentes	Gerencial	Contábil	Hedge Fiscal	Ajuste Leasing	Gerencial	Contábil	Hedge Fiscal	Itens não recorrentes	Gerencial	Contábil	Hedge Fiscal	Ajuste Leasing	Gerencial
Margem de juros líquida	27.902			27.902	24.095		(550)	24.645	7.604			7.604	6.899			6.899
Resultado de renda variável	95			95	52			52	35			35	10			10
Resultado de equivalência patrimonial	53			53	44			44	7			7	13			13
Comissões líquidas	7.339			7.339	6.834			6.834	1.855			1.855	1.836			1.836
Receitas de tarifas e comissões	8.769			8.769	7.833			7.833	2.281			2.281	2.232			2.232
Despesas de tarifas e comissões	(1.430)			(1.430)	(999)			(999)	(426)			(426)	(396)			(396)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	(234)	(1.646)		1.412	1.875	272		1.603	31	(150)		181	(1.514)	(2.050)		536
Outras receitas (despesas) operacionais	(380)			(380)	(348)			(348)	(158)			(158)	(46)			(46)
Total de receitas	34.775	(1.646)		36.421	32.552	272		32.830	9.374	(150)		9.524	7.198	(2.050)		9.248
Despesas gerais	(12.372)			(12.372)	(11.230)			(11.230)	(3.360)			(3.360)	(3.086)			(3.086)
Despesas administrativas	(5.728)			(5.728)	(5.304)			(5.304)	(1.558)			(1.558)	(1.441)			(1.441)
Despesas de pessoal	(6.644)			(6.644)	(5.926)			(5.926)	(1.802)			(1.802)	(1.645)			(1.645)
Depreciação e amortização	(1.462)			(1.462)	(1.237)			(1.237)	(408)			(408)	(359)			(359)
Provisões (líquidas) ¹	(3.061)		(424)	(2.637)	(1.974)			(1.974)	(1.162)		(424)	(738)	(645)			(645)
Perdas com ativos (líquidas)	(9.422)			(9.422)	(8.255)			(8.805)	(2.336)			(2.336)	(2.712)			(2.712)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ²	(9.383)			(9.383)	(8.233)		550	(8.783)	(2.320)			(2.320)	(2.703)			(2.703)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(39)			(39)	(22)			(22)	(16)			(16)	(9)			(9)
Ganhos líquidos na alienação de bens	452		424	28	140			140	430			6	15			15
Lucro operacional antes da tributação	8.910	(1.646)	-	10.556	9.996	272		9.724	2.538	(150)		2.688	411	(2.050)		2.461
Impostos sobre a renda	(1.155)	1.646		(2.801)	(2.614)	(272)		(2.342)	(739)	150		(889)	1.391	2.050		(659)
Lucro líquido	7.755	-		7.755	7.382	-		7.382	1.799	-		1.799	1.802	-		1.802

1. Inclui provisões trabalhistas, cíveis, fiscais e outras provisões
2. Inclui recuperações de créditos baixados como prejuízo.

¹ O ganho obtido na venda foi maior em BR GAAP e somou R\$ 649MM. A diferença decorre do ágio apurado na aquisição da Real Seguros Vida e Previdência em IFRS em comparação com o ágio apurado em BR GAAP. Em BR GAAP, assim como em IFRS, o lucro líquido não foi impactado.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL ¹ (R\$ Milhões)	2011	2010	Var. 2011x2010	4T11	3T11	Var. 4T11x3T11
Margem de juros líquida	27.902	24.645	13,2%	7.604	6.899	10,2%
Resultado de renda variável	95	52	82,7%	35	10	250,0%
Resultado de equivalência patrimonial	53	44	20,5%	7	13	-46,2%
Comissões líquidas	7.339	6.834	7,4%	1.855	1.836	1,0%
Receitas de tarifas e comissões	8.769	7.833	11,9%	2.281	2.232	2,2%
Despesas de tarifas e comissões	(1.430)	(999)	43,1%	(426)	(396)	7,6%
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	1.412	1.603	-11,9%	181	536	-66,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(380)	(348)	9,2%	(158)	(46)	243,5%
Total de receitas	36.421	32.830	10,9%	9.524	9.248	3,0%
Despesas gerais	(12.372)	(11.230)	10,2%	(3.360)	(3.086)	8,9%
Despesas administrativas	(5.728)	(5.304)	8,0%	(1.558)	(1.441)	8,1%
Despesas de pessoal	(6.644)	(5.926)	12,1%	(1.802)	(1.645)	9,5%
Depreciação e amortização	(1.462)	(1.237)	18,2%	(408)	(359)	13,6%
Provisões (líquidas) ²	(2.637)	(1.974)	33,6%	(738)	(645)	14,4%
Perdas com ativos (líquidas)	(9.422)	(8.805)	7,0%	(2.336)	(2.712)	-13,9%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ³	(9.383)	(8.783)	6,8%	(2.320)	(2.703)	-14,2%
Perdas com outros ativos (líquidas)	(39)	(22)	77,3%	(16)	(9)	77,8%
Ganhos líquidos na alienação de bens	28	140	-80,0%	6	15	-60,0%
Lucro operacional antes da tributação	10.556	9.724	8,6%	2.688	2.461	9,2%
Impostos sobre a renda	(2.801)	(2.342)	19,6%	(889)	(659)	34,8%
Lucro líquido	7.755	7.382	5,1%	1.799	1.802	-0,2%

1. Considera reclassificação do hedge fiscal de Cayman, ajuste da unificação de classificação contábil de operações de Leasing e itens não recorrentes

2. Inclui provisões trabalhistas, cíveis, fiscais e outras provisões.

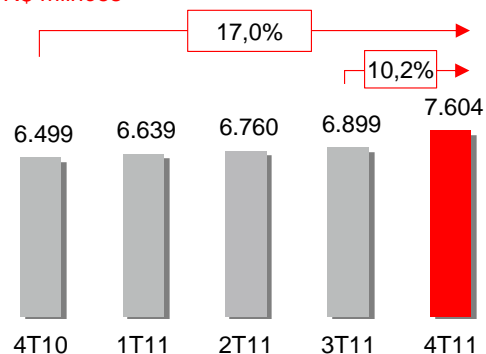
3. Inclui recuperações de créditos baixados como prejuízo.

A margem líquida com juros no acumulado de 2011 atingiu R\$27.902 milhões, aumento de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No trimestre apresenta alta de 10,2%.

As receitas oriundas de crédito apresentaram evolução de 19,1% em doze meses e de 8,3% no trimestre. Este desempenho é justificado pelo crescimento do volume médio da carteira de crédito em R\$ 28,1 bilhões e R\$ 12,2 bilhões, em dozes meses e três meses, respectivamente. As receitas de depósitos apresentaram crescimento de 22,2% em doze meses e queda de 4,6% no trimestre.

A linha de “Recursos Livres e outros” apresentou queda de 5,3% em doze meses. No trimestre, a elevação de 21,3% é justificada, principalmente, pelo impacto da redução da taxa Selic e pelo investimento dos recursos recebidos pela venda da seguradora.

Margem Líquida com Juros
R\$ milhões



MARGEM DE JUROS LÍQUIDA (R\$ Milhões)	2011	2010	Var. 2011x2010	4T11	3T11	Var. 4T11x3T11
Créditos	21.020	17.655	19,1%	5.693	5.258	8,3%
Volume médio	171.500	143.382	19,6%	186.386	174.162	7,0%
Spread (a.a.)	12,3%	12,3%	-0,1 p.p.	12,1%	12,0%	0,1 p.p.
Depósitos	1.163	952	22,2%	291	305	-4,6%
Volume médio ¹	116.980	104.533	11,9%	118.769	117.610	1,0%
Spread (a.a.)	1,0%	0,9%	0,1 p.p.	1,0%	1,0%	-0,1 p.p.
Recursos livres e outros	5.719	6.038	-5,3%	1.620	1.336	21,3%
Total margem de juros líquida	27.902	24.645	13,2%	7.604	6.899	10,2%

1. Considera depósitos à vista, poupança e depósito a prazo.



GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) + DIFERENÇAS CAMBIAIS

Excluindo-se o efeito do *hedge* fiscal do investimento na agência de Cayman, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) mais diferenças cambiais somaram, no acumulado de 2011, R\$ 1.412 milhões, queda de 11,9% quando comparado a igual período do ano anterior. No trimestre, a queda de 66,3% reflete menores ganhos financeiros com tesouraria e clientes.

GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) (R\$ Milhões)	2011	2010	Var. 2011x2010	4T11	3T11	Var. 4T11x3T11
Total	(234)	1.875	-112,5%	31	(1.514)	-102,0%
Hedge Cayman	(1.646)	272	n.a.	(150)	(2.050)	n.a.
Total sem hedge de Cayman	1.412	1.603	-11,9%	181	536	-66,3%

COMISSÕES LÍQUIDAS

As comissões líquidas somaram R\$ 7.339 milhões no acumulado de 2011, alta de 7,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, às comissões de seguros e capitalização e ao aumento sustentado da transacionalidade com os clientes nos produtos de cartões. No trimestre, as comissões totais apresentam alta de 1,0%.

As receitas com comissões de seguros e capitalização totalizaram R\$ 1.560 milhões no acumulado de 2011, com crescimento de 28,8% em doze meses. Este crescimento é explicado parcialmente pelo impacto da mudança da vigência dos prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais que, a partir de 2011, deixaram de ser renovados mensalmente para serem renovados anualmente.

As comissões de cartões de crédito e débito, por sua vez, totalizaram R\$ 1.298 milhões no acumulado até 2011, com crescimento de 33,9% em doze meses, sendo explicada principalmente pelo crescimento das operações de aquisição.

As comissões de fundos de investimentos e previdência foram de R\$ 1.204 milhões em 2011, com crescimento de 5,9% em doze meses e redução de 2,4% no trimestre.

COMISSÕES LÍQUIDAS (R\$ Milhões)	2011	2010	Var. 2011x2010	4T11	3T11	Var. 4T11x3T11
Tarifas bancárias	2.465	2.369	4,0%	690	650	6,0%
Seguros e capitalização	1.560	1.211	28,8%	309	333	-7,4%
Fundos de Investimento e previdência	1.204	1.137	5,9%	306	313	-2,4%
Cartões de crédito e débito	1.298	969	33,9%	330	334	-1,2%
Recebimentos	515	506	1,8%	148	125	18,0%
Cobrança	400	398	0,4%	108	100	8,9%
Arrecadação	116	108	6,7%	39	26	53,7%
Mercado de capitais	419	502	-16,6%	106	107	-0,4%
Comércio exterior	400	456	-12,3%	92	102	-9,1%
Outras ¹	(522)	(318)	63,9%	(125)	(128)	-2,8%
Total	7.339	6.834	7,4%	1.855	1.836	1,0%

1. Inclui impostos e outras.



DESPESAS GERAIS (ADMINISTRATIVAS + PESSOAL)

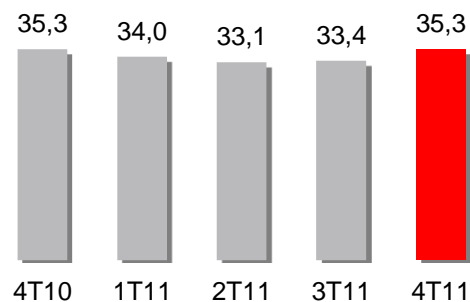
As despesas gerais (administrativas + pessoal) somaram R\$ 12.372 milhões no acumulado em 2011, alta de 10,2%, em doze meses, explicada, em parte, pela expansão das equipes comerciais. Em relação ao terceiro trimestre de 2011, as despesas gerais apresentaram variação de 8,9%, em razão de maiores gastos tanto na linha de despesas de pessoal, como na de despesas administrativas.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 5.728 milhões no acumulado em 2011, alta de 8,0% em doze meses e 8,1% em três meses. O aumento das despesas no trimestre, pode ser explicado, principalmente, pelos esforços na expansão da rede de agências. As linhas de maior destaque foram “Propaganda, promoções e publicidade”, que refletem a estratégia com relação aos negócios; “Transporte e viagens”, em razão de maiores eventos no período; e “Outras”, que reflete os gastos com a modernização de postos de atendimento. Juntos estes três eventos explicam aproximadamente 76% da elevação das despesas no trimestre.

As despesas com pessoal somaram R\$ 6.644 milhões em 2011, alta de 12,1% em doze meses e 9,5% no trimestre. O aumento no trimestre é decorrente, principalmente, do ajuste relativo ao aumento salarial previsto no acordo coletivo e aumento no quadro de funcionários (1.832 novos funcionários no trimestre).

O índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas gerais pela receita total, atingiu 35,3%, com alta de 1,9 p.p. quando comparamos ao trimestre anterior.

Índice de Eficiência %



ABERTURA DE DESPESAS (R\$ Milhões)

	2011	2010	Var. 2011x2010	4T11	3T11	Var. 4T11x3T11
DESPESAS ADMINISTRATIVAS						
Serviços técnicos especializados de terceiros	1.564	1.504	4,0%	417	396	5,3%
Manutenção e conservação de bens	1.087	966	12,6%	286	281	1,9%
Processamento de dados	1.006	889	13,2%	238	241	-1,0%
Propaganda, promoções e publicidade	493	422	16,9%	161	130	24,2%
Comunicações	566	555	2,0%	137	144	-4,9%
Transporte e viagens	174	151	15,4%	61	46	33,0%
Segurança e vigilância	521	513	1,6%	142	133	6,8%
Outras	316	304	3,9%	115	70	63,9%
Total	5.728	5.304	8,0%	1.558	1.441	8,1%
DESPESAS DE PESSOAL						
Salários	4.192	3.731	12,3%	1.055	1.087	-3,0%
Encargos	1.092	994	9,8%	327	248	31,7%
Benefícios	866	792	9,3%	222	213	4,0%
Treinamento	116	93	24,4%	38	28	34,7%
Outras	379	316	20,1%	161	69	133,9%
Total	6.644	5.926	12,1%	1.802	1.645	9,5%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS + DESPESAS DE PESSOAL	12.372	11.230	10,2%	3.360	3.086	8,9%
DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.462	1.237	18,2%	408	359	13,6%
DESPESAS TOTAIS	13.834	12.467	11,0%	3.768	3.445	9,4%



PROVISÕES DE CRÉDITO

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, já incluindo o total de receita de recuperação, somou R\$ 9.383 milhões em 2011, aumento de 6,8% em relação à 2010. No trimestre, a despesa de provisão, líquida de recuperação apresenta redução de 14,2%. A queda no trimestre é decorrente, principalmente, do menor volume de write-off e do aumento das recuperações de créditos baixados a prejuízo.

RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (R\$ Milhões)	2011	2010	Var. 2011x2010	4T11	3T11	Var. 4T11x3T11
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa ¹	(11.191)	(9.600)	16,6%	(2.806)	(3.126)	-10,2%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.809	818	121,3%	486	423	14,9%
Total	(9.383)	(8.783)	6,8%	(2.320)	(2.703)	-14,2%

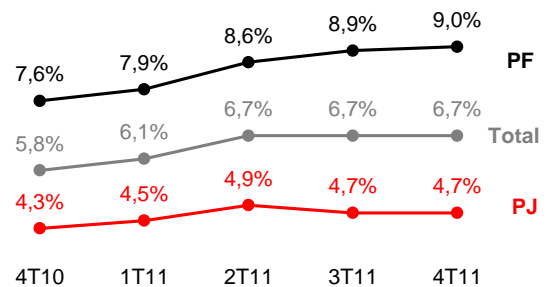
¹Em 2010 inclui impacto de R\$ 550 MM, referente a unificação de classificação contábil de operações de leasing.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (IFRS)

O índice de inadimplência (carteira vencida há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência) atingiu 6,7% no quarto trimestre, mantendo-se estável em comparação ao trimestre anterior. Em relação ao mesmo período de 2010, o índice registrou alta de 0,9 p.p., impulsionado pelo segmento PF, que apresentou, no mesmo período, alta de 1,4 p.p. A carteira PJ registrou crescimento de 0,4 p.p.

O índice de inadimplência em IFRS é mais conservador que o índice utilizado no Sistema Financeiro Brasileiro, portanto não é comparável com o indicador apurado em BR GAAP.

Índice de Inadimplência¹ - IFRS

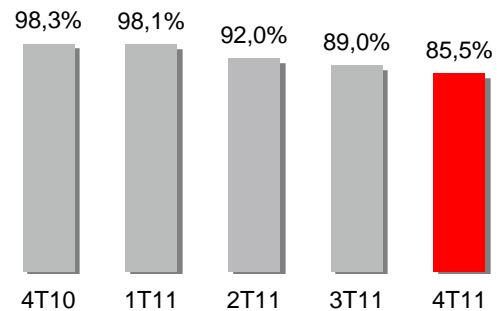


1. Operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência / carteira de crédito gerencial.

ÍNDICE DE COBERTURA (IFRS)

O índice de cobertura é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, mais créditos normais com alto risco de inadimplência. No quarto trimestre de 2011, o indicador atingiu 85,5%, mostrando redução de 3,5 p.p. em relação ao trimestre anterior.

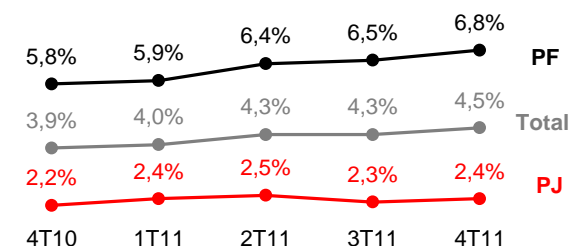
Cobertura - IFRS



ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA EM BR GAAP (ACIMA DE 90 DIAS)

Os créditos vencidos há mais de 90 dias, no quarto trimestre de 2011, representaram 4,5% do total da carteira de crédito, alta de 0,2 p.p. em três meses, em linha com a evolução do Sistema Financeiro. Em doze meses, observa-se alta de 0,6 p.p., consequência da alta de 1,0 p.p. em PF.

Índice de Inadimplência¹ - BR GAAP (Over 90)



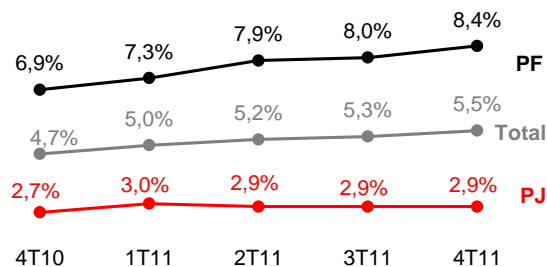
1. Operações vencidas há mais de 90 dias / carteira de crédito em BR GAAP



ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 60 DIAS)

O indicador de créditos vencidos há mais de 60 dias atingiu 5,5% no quarto trimestre de 2011, registrando alta de 0,8 p.p. em doze meses e 0,2 p.p. no trimestre.

NPL¹ - Índice de Inadimplência BR GAAP(%)

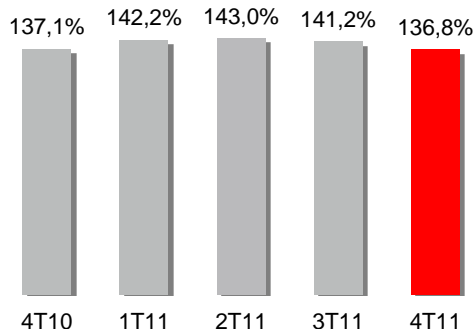


1. Operações vencidas há mais de 60 dias / carteira de crédito em BR GAAP.

ÍNDICE DE COBERTURA (BR GAAP)

O índice de cobertura BR GAAP é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo saldo das operações vencidas há mais de 90 dias. No quarto trimestre de 2011, o indicador atingiu 136,8%, mostrando queda de 4,4 p.p. em relação ao trimestre anterior e relativamente estável em comparação ao 4T10.

Cobertura - BR GAAP



PROVISÕES (LÍQUIDAS)

No quarto trimestre de 2011, foi constituída provisão adicional líquida no montante de R\$ 424 MM. As provisões (líquidas), ajustadas a esta provisão adicional, somaram R\$ 2.637 milhões no acumulado de 2011, alta de 33,6% em doze meses e 14,4% no trimestre.

PROVISÕES LÍQUIDAS (R\$ Milhões)	2011	2010	Var. 2011x2010	4T11	3T11	Var. 4T11x3T11
Total de Provisões¹	(2.637)	(1.974)	33,6%	(738)	(645)	14,4%

¹Considera provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e outras provisões.

IMPOSTOS SOBRE A RENDA

Em 2011, o total de impostos atingiu R\$ 2.801 milhões, aumento de 19,6% quando comparado a igual período do ano anterior e aumento de 34,8% no trimestre.

Ressaltamos que o total de impostos inclui imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, e já exclui o efeito do *hedge* fiscal de Cayman, conforme já explicitado na página 11 deste relatório.



BALANÇO PATRIMONIAL ¹

ATIVO (R\$ Milhões)	Dez/11	Dez/10	Var.	Set/11	Var.
			Dez11xDez10		Dez11xSet11
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	65.938	56.800	16,1%	65.296	1,0%
Ativos financeiros para negociação	29.901	24.821	20,5%	29.783	0,4%
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	666	17.939	-96,3%	657	1,4%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	61	292	-79,1%	93	-34,4%
Instrumentos de Dívida	230	224	2,7%	229	0,4%
Instrumentos de Patrimônio	375	17.423	-97,8%	335	11,9%
Ativos financeiros disponíveis para venda	44.608	47.206	-5,5%	44.237	0,8%
Empréstimos e financiamentos	202.757	174.107	16,5%	194.132	4,4%
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	19.691	22.659	-13,1%	20.294	-3,0%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	194.184	160.559	20,9%	184.727	5,1%
Instrumentos de Dívida	62	81	n.a.	80	n.a.
Provisão para perdas	(11.180)	(9.192)	21,6%	(10.969)	1,9%
Ativos tangíveis	5.008	4.518	10,8%	4.698	6,6%
Ativos intangíveis	31.436	31.962	-1,6%	31.113	1,0%
Ágio	27.218	28.312	-3,9%	27.218	0,0%
Outros intangíveis	4.218	3.650	15,6%	3.895	8,3%
Ativo fiscal	16.250	14.842	9,5%	16.986	-4,3%
Outros Ativos	3.322	2.468	34,6%	28.081	-88,2%
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	81	116	-30,2%	79	2,5%
Ativos não correntes mantidos para venda	132	67	n.a.	24.875	n.a.
Participações em coligadas	422	371	13,7%	418	1,0%
Outros	2.687	1.914	40,4%	2.709	-0,8%
Total do Ativo	399.886	374.663	6,7%	414.983	-3,6%

PASSIVO (R\$ Milhões)	Dez/11	Dez/10	Var.	Set/11	Var.
			Dez11xDez10		Dez11xSet11
Passivos financeiros para negociação	5.047	4.785	5,5%	6.637	-24,0%
Passivos financeiros ao custo amortizado	291.451	253.341	15,0%	283.179	2,9%
Depósitos do Banco Central do Brasil e de instituições de crédito	51.527	42.392	21,5%	42.362	21,6%
Depósitos de clientes ²	174.474	167.949	3,9%	178.638	-2,3%
Títulos de dívida e valores mobiliários	38.590	20.087	92,1%	38.112	1,3%
Dívidas subordinadas	10.908	9.695	12,5%	10.603	2,9%
Outros passivos financeiros	15.952	13.218	20,7%	13.464	18,5%
Passivos diretamente associados a ativos não correntes mantidos para venda	-	-	n.a.	22.349	n.a.
Passivos por contratos de seguros	-	19.643	n.a.	-	n.a.
Provisões ³	9.515	9.395	1,3%	9.110	4,4%
Passivos fiscais	11.876	10.530	12,8%	12.063	-1,6%
Outros passivos	3.965	3.605	10,0%	4.653	-14,8%
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	36	-	n.a.	25	n.a.
Outros passivos	3.929	3.605	9,0%	4.628	-15,1%
Total do passivo	321.854	301.299	6,8%	337.991	-4,8%
Total do patrimônio líquido ⁴	78.032	73.364	6,4%	76.992	1,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	399.886	374.663	6,7%	414.983	-3,6%

1. Balanço Patrimonial Contábil não auditado

2. Inclui operações compromissadas.

3. Inclui provisões para pensões e contingências.

4. Inclui participação dos acionistas minoritários e ajuste de valor ao mercado

Os Ativos Totais, em dezembro de 2011, registraram saldo de R\$ 399.886 milhões, crescimento de 6,7% em doze meses e redução de 3,6% no trimestre. A evolução observada no trimestre reflete a venda da participação societária que o Banco Santander (Brasil) mantinha na subsidiária Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) para a Zurich Santander Insurance America.

O total de ativos correspondente a Santander Seguros totalizou até setembro de 2011 R\$24.731.463, representados principalmente por R\$21.551.422 de instrumentos de dívida e patrimônio (títulos públicos, títulos privados e cotas de fundos especialmente constituídos – garantidores de planos de benefícios - PGBL/VGBL).



TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O total de títulos e valores mobiliários somou R\$ 75.257 milhões no quarto trimestre de 2011, com aumento de 0,7% no trimestre e redução de 16,2%, em doze meses, em decorrência, principalmente, da transferência das cotas de Fundos PGBL/VGBL para a Zurich Santander Insurance America, S.L, resultado da conclusão da operação de venda da Santander Seguros para esta empresa, conforme já explicitado na página 8 deste documento. Portanto, para melhor comparabilidade, excluímos dos períodos anteriores, os valores correspondentes às Cotas de Fundos PGBL e VGBL. Nesta comparação, o total de títulos e valores mobiliários mostrou crescimento de 3,9% e 0,7% em doze meses e três meses respectivamente.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ Milhões)	Dez/11	Dez/10	Var. Dez11xDez10	Set/11	Var. Dez11xSet11
Títulos Públicos	56.832	55.823	1,8%	54.827	3,7%
Títulos Privados, Cotas de Fundos e Outros	14.190	11.443	24,0%	13.812	2,7%
Cotas de Fundos PGBL / VGBL	-	17.423	n.a.	-	n.a.
Instrumentos Financeiros	4.235	5.134	-17,5%	6.104	-30,6%
Total	75.257	89.823	-16,2%	74.743	0,7%
Total TVM (excluindo Cotas de Fundos PGBL / VGBL)	75.257	72.400	3,9%	74.743	0,7%

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito gerencial totalizou R\$ 194.184 milhões no quarto trimestre de 2011, com crescimento de 20,9% em doze meses e 5,1% no trimestre. Em doze meses, excluindo o efeito da variação cambial, a carteira de crédito cresce 19,2%.

No critério IFRS, a carteira de crédito não considera a compra de carteira de outros bancos com coobrigação. Incluindo o saldo dessas aquisições e excluindo o efeito da variação cambial, o crescimento em doze meses do crédito seria de 19,7%.

No conceito carteira de crédito ampliada, que inclui, além de compra de carteira, outras operações com risco de crédito, a carteira cresceu 21,3% em doze meses e 4,8% no trimestre.

A carteira de crédito ampliada em BR GAAP atingiu R\$ 208.846 milhões em dezembro de 2011, crescimento de 20,9% em doze meses e 4,5% no trimestre.

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO ¹ A CLIENTES (R\$ Milhões)	Dez/11	Dez/10	Var. Dez11xDez10	Set/11	Var. Dez11xSet11
Pessoa física	63.413	50.981	24,4%	60.170	5,4%
Financiamento ao consumo	30.459	26.969	12,9%	28.712	6,1%
Pequenas e Médias empresas	47.940	38.178	25,6%	44.179	8,5%
Grandes Empresas	52.373	44.431	17,9%	51.666	1,4%
Total	194.184	160.559	20,9%	184.727	5,1%
Outras operações com riscos de crédito ²	11.784	7.414	58,9%	11.367	3,7%
Compra de carteira ³	2.894	4.200	-31,1%	3.176	-8,9%
Total Carteira ampliada	208.862	172.174	21,3%	199.270	4,8%
Avais e fianças total	23.259	22.563	3,1%	22.246	4,6%
Total Carteira ampliada com avais e fianças	232.121	194.737	19,2%	221.516	4,8%
Total Crédito em BR GAAP ampliado² sem avais e fianças	208.846	172.792	20,9%	199.757	4,5%

1. Os saldos de crédito dos segmentos de pequenas e médias empresas e grandes empresas, referentes ao ano de 2010, foram reclassificados para melhor comparabilidade com o período atual, devido a re segmentação de clientes ocorrida em 2011.

2. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior

3. Carteira de crédito, principalmente consignado, adquirida de outros bancos.



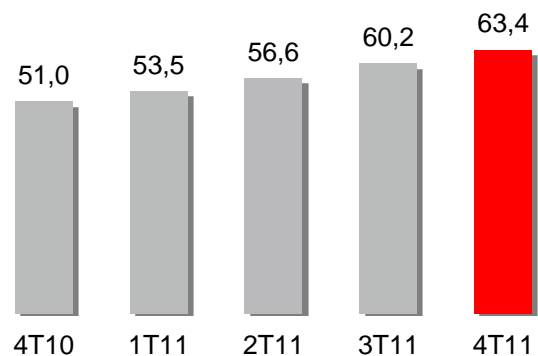
CRÉDITO PESSOA FÍSICA

O crédito à pessoa física apresentou alta de 24,4% em doze meses totalizando R\$ 63.413 milhões. No trimestre registrou alta de 5,4%, com destaque para os produtos cartões de crédito e crédito imobiliário, que apresentaram maior crescimento.

O volume da carteira de cartão de crédito cresceu 31,5% em doze meses e 14,1% no trimestre, atingindo R\$ 14.144 milhões no quarto trimestre de 2011.

A carteira de crédito imobiliário para pessoa física totalizou R\$ 10.018 milhões, alta de 49,6% em doze meses e 12,8% em três meses.

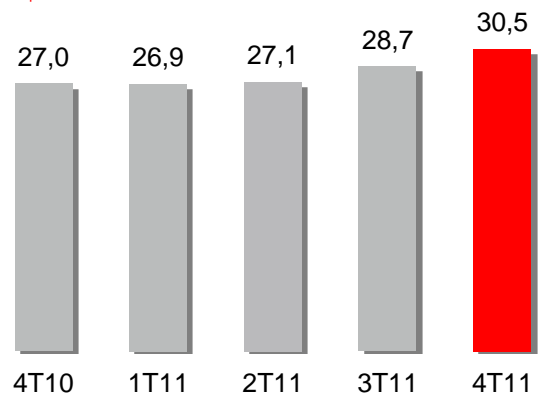
Pessoa Física
R\$ bilhões



FINANCIAMENTO AO CONSUMO

A carteira de financiamento ao consumo, no quarto trimestre de 2011, atingiu R\$ 30.459 milhões, com alta de 12,9% em doze meses e 6,1% em relação a setembro de 2011. No trimestre, a aceleração no ritmo de crescimento reflete, principalmente a reestruturação comercial, com melhor gestão de risco (decisão automática), além da adequação de produtos e operações e reforço da equipe comercial, que possibilitou o aumento da base de clientes.

Financiamento ao Consumo
R\$ bilhões



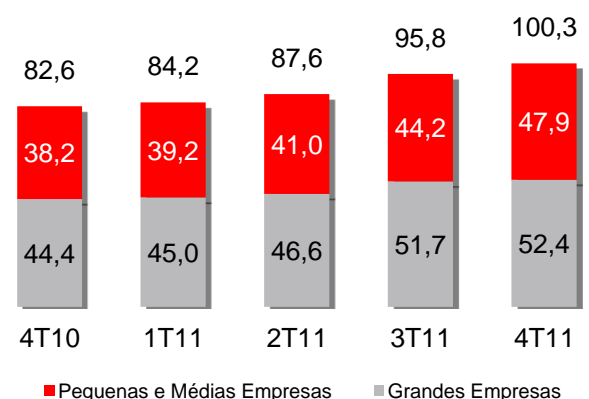
CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

O crédito concedido à pessoa jurídica atingiu R\$ 100.313 milhões no quarto trimestre de 2011, com alta de 21,4% em doze meses e 4,7% no trimestre. Parte do crescimento em doze meses pode ser explicada pela variação da taxa de câmbio, tendo em vista que dentro deste segmento há operações indexadas em moeda estrangeira. Excluindo este efeito, o crescimento em doze meses seria de 18,0%.

A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 52.373 milhões, com crescimento de 17,9% em doze meses e 1,4% no trimestre. Se considerássemos as outras operações com risco de crédito, dado que parcela significativa dessas operações foram originadas no segmento de Grandes Empresas, o crescimento seria maior.

O volume de crédito destinado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas registrou um volume de R\$ 47,940 milhões no quarto trimestre de 2011, com alta de 25,6% em doze meses e 8,5% no trimestre.

Pessoa Jurídica
R\$ bilhões





CARTEIRA DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA POR PRODUTO

A tabela abaixo apresenta a abertura por produtos da carteira de crédito. Como comentado anteriormente, os produtos para Pessoa Física com maiores crescimentos em doze meses foram Crédito Imobiliário e Cartões.

Em Pessoa Jurídica os destaques foram Crédito Imobiliário com aumento de 16,5% em doze meses e Capital de Giro / outros.

ABERTURA GERENCIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR PRODUTOS (R\$ Milhões)	Dez/11	Dez/10	Var.	Set/11	Var.
			Dez11xDez10		Dez11xSet11
Pessoa Física					
Leasing / Veículos ¹	2.277	2.471	-7,9%	2.291	-0,6%
Cartão de Crédito	14.144	10.760	31,5%	12.394	14,1%
Consignado ²	15.142	13.800	9,7%	15.123	0,1%
Crédito Imobiliário	10.018	6.698	49,6%	8.881	12,8%
Crédito Rural	2.492	2.817	-11,5%	2.693	-7,5%
Crédito Pessoal/Outros	22.234	18.635	19,3%	21.964	1,2%
Total Pessoa Física c/ compra de carteira	66.307	55.181	20,2%	63.346	4,7%
Total Pessoa Física s/ compra de carteira	63.413	50.981	24,4%	60.170	5,4%
Financiamento ao consumo	30.459	26.969	12,9%	28.712	6,1%
Pessoa Jurídica					
Leasing / Veículos	3.029	3.051	-0,7%	2.987	1,4%
Crédito Imobiliário	6.280	5.392	16,5%	6.180	1,6%
Comércio Exterior	17.749	19.820	-10,4%	21.782	-18,5%
Repases	9.070	8.077	12,3%	7.551	20,1%
Crédito Rural	1.909	2.063	-7,5%	1.823	4,7%
Capital de Giro/Outros	62.276	44.206	40,9%	55.522	12,2%
Total Pessoa Jurídica	100.313	82.608	21,4%	95.845	4,7%
Carteira de Crédito Total	194.184	160.559	20,9%	184.727	5,1%
Outras operações com riscos de crédito ³ - carteira comercial	11.784	7.414	58,9%	11.367	3,7%
Carteira de Crédito Ampliada	205.968	167.974	22,6%	196.094	5,0%
Aquisição de Carteira ⁴	2.894	4.200	-31,1%	3.176	-8,9%
Total Carteira ampliada³ c/ compra de carteira	208.862	172.174	21,3%	199.270	4,8%

1. Incluindo financiamento ao consumo, a carteira de veículos PF totalizou R\$ 27.556 MM no 4T11, R\$ 25.790 MM no 3T11 e R\$ 24.173 MM no 4T10.

2. Inclui compra de carteira de consignado

3. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior

4. Carteira de crédito, principalmente consignado, adquirida de outros bancos.



CAPTAÇÃO

O total de captações, incluindo captação de clientes e fundos de investimentos, atingiu R\$ 293.530 milhões em dezembro de 2011, com alta de 8,2% em doze meses e estável no trimestre.

O total de captações de clientes somou R\$ 180.508 milhões em dezembro de 2011, com crescimento de 12,9% em doze meses e 1,2% em três meses. O crescimento em doze meses é resultado, em parte, de um importante instrumento de captação, as Letras Financeiras. Este instrumento garante maior estabilidade ao *funding*, visto que o prazo mínimo de vencimento é de dois anos. Além disso, desde Dezembro de 2010, as Letras Financeiras estão isentas de compulsório, o contrário do que ocorreu com os Depósitos a Prazo, que sofreram um aumento na alíquota de recolhimento compulsório de 23% para 32%.

Por estratégia comercial, tivemos uma transferência de recursos entre poupança e depósito a prazo no trimestre, que não impacta a evolução do total de captação de clientes, pois se refere apenas a movimentação entre linhas. Excluindo este efeito, o crescimento de depósitos a prazo e de poupança seria de 8,6% e 6,9%, respectivamente, em doze meses, e de -0,9% e 7,0%, respectivamente, no trimestre.

CAPTAÇÃO (R\$ Milhões)	Dez/11	Dez/10	Var.	Set/11	Var.
			Dez11xDez10		Dez11xSet11
Depósitos à vista	13.561	16.131	-15,9%	13.701	-1,0%
Depósitos de poupança	23.293	30.304	-23,1%	30.271	-23,1%
Depósitos a Prazo	83.942	68.916	21,8%	75.535	11,1%
Debêntures/LCI/LCA ¹	39.787	37.892	5,0%	40.844	-2,6%
Letras Financeiras	19.925	6.639	n.a.	18.077	10,2%
Captação de Clientes	180.508	159.882	12,9%	178.428	1,2%
Fundos	113.022	111.338	1,5%	115.180	-1,9%
Captação Total	293.530	271.220	8,2%	293.608	0,0%

1. Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E CAPTAÇÃO

O quadro abaixo mostra as origens dos recursos aplicados nas operações de crédito. Além dos depósitos de clientes, líquido dos compulsórios, é necessário adicionar as captações de linhas externas, de linhas internas e de títulos emitidos no mercado internacional.

Dessa forma, a relação entre a carteira de empréstimos e o *funding* total captado de clientes e instituições financeiras atingiu 107% em dezembro de 2011.

O banco encontra-se em confortável situação de liquidez, com fontes de captação estáveis e adequada estrutura de *funding*.

CAPTAÇÕES VS. CRÉDITO (R\$ Milhões)	Dez/11	Dez/10	Var.	Set/11	Var.
			Dez11xDez10		Dez11xSet11
Captação de Clientes (A)	180.508	159.882	12,9%	178.428	1,2%
(-) Depósitos Compulsórios	(44.787)	(41.186)	8,7%	(43.503)	3,0%
Captações Líquidas de Depósitos Compulsórios	135.721	118.696	14,3%	134.925	0,6%
Obrigações por Repasses e empréstimos - país	10.221	11.842	-13,7%	11.113	-8,0%
Dívida subordinada	10.908	9.695	12,5%	10.603	2,9%
Captações no Exterior	24.592	19.237	27,8%	27.575	-10,8%
Total Captações (B)	181.442	159.470	13,8%	184.216	-1,5%
Total Crédito Clientes (C)	194.184	160.559	20,9%	184.727	5,1%
C / B (%)	107%	101%	6,3 p.p.	100%	6,7 p.p.
C / A (%)	108%	100%	7,2 p.p.	104%	4,0 p.p.



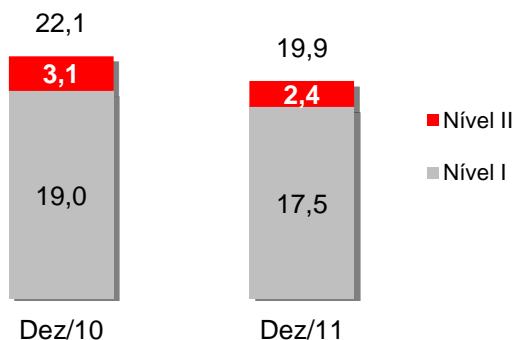
ÍNDICE DE BASILÉIA – BR GAAP

O índice de Basileia alcançou 19,9% em dezembro de 2011, com redução de 2,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior e aumento de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2011.

O índice mínimo, pelas regras brasileiras, é de 11%.

O indicador abaixo desconsidera o valor do ágio não amortizado no cálculo do patrimônio de referência.

Índice de Basileia %



RECURSOS PRÓPRIOS e BIS¹ (R\$ Milhões)

	Dez/11	Dez/10	Var. Dez11xDez10	Set/11	Var. Dez11xSet11
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado ²	48.327	44.884	7,7%	47.724	1,3%
Patrimônio de Referência Nível II	6.642	7.433	-10,6%	6.775	-2,0%
Patrimônio de Referência Nível I e II²	54.969	52.317	5,1%	54.499	0,9%
Patrimônio de Referência Exigido	30.432	26.020	17,0%	31.406	-3,1%
Ativo ponderado pelo risco	276.655	236.545	17,0%	285.511	-3,1%
Índice de Basileia II³	19,9%	22,1%	-2,2 p.p.	19,1%	0,8 p.p.

Valores Calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (conglomerado financeiro)

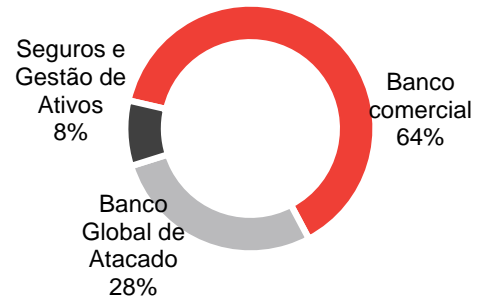
1. Números em BR GAAP são utilizados para cálculo do capital regulatório local. Em BR GAAP o ágio é amortizado.
2. Desconsidera o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco Real e AAB Dois Par, conforme determinado pela regra internacional, no patrimônio de referência I.
3. Segundo o critério do Banco Central do Brasil, o índice de Basileia incluindo ágio é de 28,4% para Dez/10 e 24,8% para Dez/11.



ANÁLISE DE RESULTADO POR SEGMENTO

O Banco opera com três segmentos de negócios: Banco Comercial, Banco Global de Atacado e Gestão de Ativos e Seguros. O segmento de Banco Comercial inclui produtos e serviços voltados aos clientes de varejo, financiamento ao consumo, empresas e clientes corporativos, exceto clientes globais atendidos pelo segmento Banco Global de Atacado. O segmento Banco de Atacado Global compreende as operações com os clientes corporativos globais, atividades de Tesouraria e Banco de Investimento. O segmento de Gestão de Ativos e Seguros inclui as atividades de gestão de fundos de investimentos e capitalização e a distribuição de previdência privada e seguros.

Lucro antes de impostos por segmentos 2011



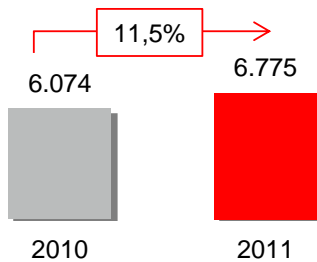
No acumulado até dezembro de 2011, o Banco Comercial representou 64% do lucro antes de impostos em IFRS. O Banco Global de Atacado obteve participação de 28% e Gestão de Ativos e Seguros, atingiu 8%.

O lucro¹ antes de impostos do segmento de Banco Comercial somou até dezembro de 2011 R\$ 6.775 milhões, registrando alta de R\$ 700 milhões ou 11,5% em relação ao mesmo período de 2010.

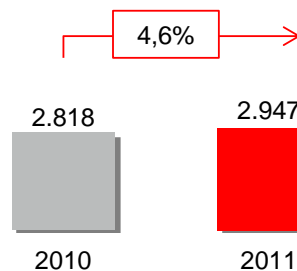
O Banco Global de Atacado registrou lucro¹ antes de impostos de R\$ 2.947 milhões até dezembro de 2011, com alta de 4,6% em doze meses ou R\$ 129 milhões.

O segmento de Gestão de Ativos e Seguros apresentou lucro¹ antes de impostos de R\$ 835 milhões até dezembro, alta de 0,4% em doze meses ou R\$ 3 milhões. Ressaltamos que este resultado inclui nove meses de resultado da Santander Seguros, que teve sua venda² concluída em outubro de 2011. Para mais informações consultar página 8 deste documento.

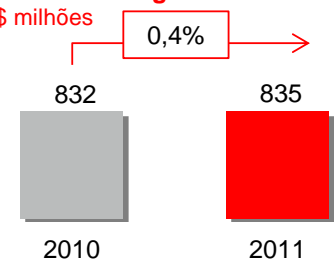
Lucro¹ antes de Impostos Banco Comercial R\$ milhões



Lucro¹ antes de Impostos Banco Global de Atacado R\$ milhões



Lucro¹ antes de Impostos Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros R\$ milhões



¹Cálculo baseado nos números gerenciais. Exclui *hedge* de Cayman.

²Vale notar que a venda da seguradora não impactou as receitas de comissões, provenientes da distribuição de seguros



CARTÕES - EMISSOR

O Santander encerra 2011 tendo reforçado ao longo do ano sua estratégia em ampliar a atuação no mercado de cartão de crédito.

Consolidamos duas alianças importantes: com a Vivo e com o Grupo Raízen. Ambas as parcerias visam ao crescimento da nossa base de clientes através do lançamento de produtos que venham a oferecer vantagens exclusivas nas áreas de atuação destas duas empresas, associadas aos diferenciais dos cartões do Santander.

A parceria com a Vivo está em fase de implementação e a comercialização destes produtos terá início no 2º trimestre de 2012, enquanto com a Raízen passamos já neste 1º trimestre a oferecer nosso produto nos postos bandeira Shell, além da rede Esso.

Além das novas parcerias, neste 4º trimestre tivemos uma importante aceleração na conquista de clientes não correntistas do banco através dos nossos produtos do portfólio e seguimos atuando em nossos correntistas com ofertas de produtos diferenciadas, desenvolvidas para as diferentes necessidades dos nossos clientes.

Com tudo isso, seguimos expandindo nossa base de clientes, buscando a constante melhoria de sua satisfação.

NÚMERO DE TRANSAÇÕES E FATURAMENTO

O número de transações de cartões de crédito do quarto trimestre de 2011 apresentou uma evolução de 0,7% em comparação ao trimestre anterior, atingindo 214 milhões de transações. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior o crescimento foi de 11,2%.

O faturamento de crédito total atingiu R\$ 37,7 bilhões no quarto trimestre do ano, representando um incremento de 5,8% em relação ao trimestre anterior. Em relação a igual período do ano anterior o crescimento no faturamento foi de 11,3%.

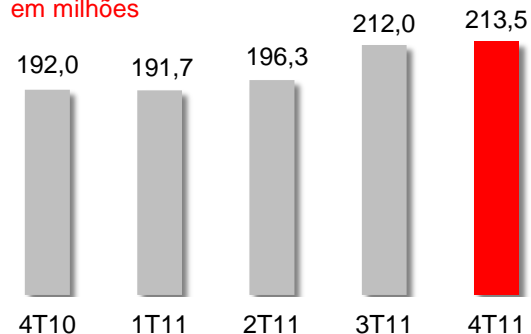
CARTEIRA DE CRÉDITO DE CARTÕES

A carteira total de crédito de cartões apresentou crescimento de 13,7% no trimestre. A participação da carteira financiada neste total apresentou crescimento, passando de 27,7%, em dezembro de 2010, para 29,9% em dezembro de 2011.

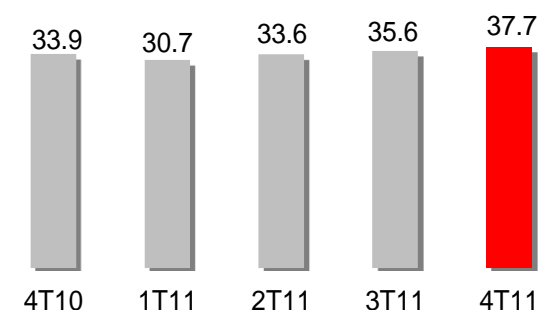
BASE DE CARTÕES

A base de cartões de crédito teve redução em relação ao trimestre passado em virtude de limpeza na base realizada em busca de maior eficiência em gastos, atingindo 12,4 milhões de cartões. Em 12 meses o crescimento é de 8,2%. Os cartões de débito somaram 29,3 milhões em dezembro de 2011, com crescimento de 13,4% em um ano e de 3,1% no trimestre.

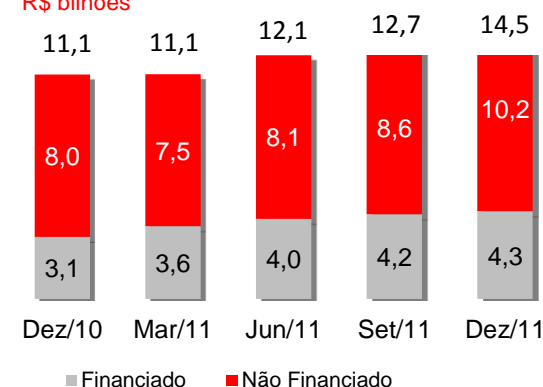
Número de Transações de Cartões de Crédito em milhões



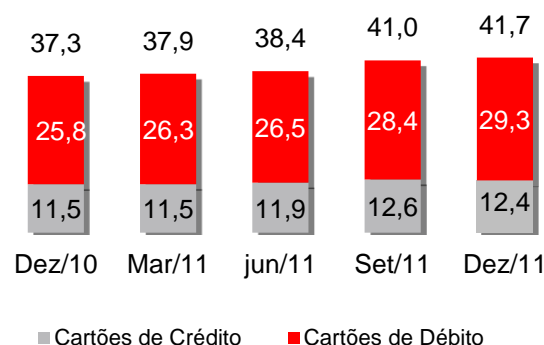
Faturamento Total R\$ bilhões



Composição da Carteira de Cartões R\$ bilhões



Base de Cartões em milhões





GESTÃO DE RISCOS

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA DA FUNÇÃO DE RISCOS

A estrutura do Comitê Executivo de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e do conhecimento do cliente. Suas principais atribuições são:

Suas principais atribuições são.

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco Santander, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, compatibilizados com a missão e objetivos das áreas de negócio
- Aprovar proposta e operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo).
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado.
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções, assim como das auditorias Interna e Independente e Comitê de Auditoria.
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Conselho de Administração e Comitê Executivo, e alinhadas com as políticas do Grupo Santander.
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos de Crédito e Mercado, que é independente das áreas comerciais, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander e em consonância com a Diretoria Corporativa de Riscos do Grupo Santander.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle relacionados à gestão de riscos está descrito no relatório, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

RISCO DE CRÉDITO

É a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o banco.

A função de Riscos de Crédito é desenvolver políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito. Esses sistemas e processos são aplicados na

identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, podendo esta ser individualizada (executada através de um analista de riscos dedicado) ou baseada em modelos automatizados de avaliação de riscos (para os clientes com características similares).

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco Santander Espanha e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco x retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.



GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS, CONTROLES INTERNOS E LEI SARBANES-OXLEY

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, garantindo através de um modelo de gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas. Adicionalmente, a gestão e prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e de gestão da continuidade de negócios, além do contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atende às determinações dos órgãos reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Segue também as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade para a contínua melhoria da cultura e estrutura da gestão de riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, visando garantir o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidos, assim como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2010 nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2011 e não identificou qualquer incidência considerada material. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o processo de certificação se encerrará em fevereiro de 2012. Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.ri.santander.com.br.

RISCO AMBIENTAL E SOCIAL

O gerenciamento de risco para o segmento de Atacado é realizado através de um sistema de gestão dos clientes que possuem limites de crédito em relação a aspectos socioambientais, como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Geologia, Química e Engenharia Ambiental de Saúde e Segurança e Química que monitora as práticas ambientais dos nossos clientes Pessoa Jurídica e existe uma equipe de analistas financeiros que estuda o potencial de danos em que situações ambientais desfavoráveis e quais impactos podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A atividade de análise foca em preservar o capital e reputação no mercado, através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para Pessoa Jurídica.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O último trimestre de 2011 foi marcado pela escolha do Santander, pelo segundo ano consecutivo, para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial, ISE da BMF&Bovespa para o período de 2012. Essa carteira reúne as 38 empresas com as melhores práticas de sustentabilidade no mercado, que representam 18 setores e somam R\$ 961 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na BMF&Bovespa. A participação do Santander é um reconhecimento pela qualidade e abrangência de suas práticas de sustentabilidade.

Destacamos também a abertura da agência Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, que abrigará um espaço construído em parceria com o AfroReggae para atividades culturais, de capacitação e inclusão digital. Assim como na agência do Complexo do Alemão, a maioria dos funcionários da Vila Cruzeiro moram na comunidade local comprovando que o Santander investe e acredita no crescimento da região. Além do atendimento padrão a nova agência focará o Microcrédito, uma forma de incentivar os pequenos empreendedores.

Outro acontecimento de relevância foi a 10ª edição do Programa Amigo de Valor. Em outubro, cerca de 29.800 funcionários e estagiários aderiram, sendo que o valor arrecadado ultrapassou os R\$4,7 milhões. O montante será destinado para 25 projetos sociais.

Em 2011 o Santander completou 10 anos de existência do Fundo Ethical, que foi o primeiro fundo de investimentos socialmente responsável da América Latina.

O Santander Universidades consolidou diversas iniciativas, com implementação de novos projetos e ações. Firmou parceria com a Educafro, entidade que promove a inclusão da população negra e de baixo poder aquisitivo no ensino superior público e privado. O Santander Universidades apoia instituições de ensino superior, públicas e privadas, por meio de parcerias em projetos acadêmicos, oferta de bolsas de estudo e produtos e serviços bancários.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

No dia 25 de outubro de 2011 o Banco Santander realizou a Assembléia Geral Extraordinária na qual foi deliberada a condução do Sr. Celso Clemente Giacometti ao cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Ainda no dia 25 de outubro de 2011, foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária a outorga de Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) – Investimento em Certificados de Depósito de Ações (“Units”) para determinados administradores e empregados de nível gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

Em novembro de 2011, o Relatório Anual de 2010 do Santander Brasil foi o vencedor do 13º Prêmio ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) na Categoria 1 que abrange as companhias abertas com receita líquida igual ou acima de R\$ 2 bilhões. A ABRASCA é a principal instituição do País que avalia e incentiva o aprimoramento das empresas na elaboração de relatórios anuais, em aspectos como clareza, transparência, qualidade de informações e caráter inovador, tanto em conteúdo quanto em projeto gráfico.

Na reunião do dia 23 de novembro de 2011, o Conselho de Administração do Banco Santander aprovou a alteração das Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Banco Santander, a fim de atualizá-las em relação à legislação vigente e às práticas adotadas pelo Santander Brasil.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2011, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a proposta do Conselho de Administração para a alteração do Estatuto Social a fim de adequá-lo ao novo Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, o qual está em vigor desde maio de 2011.

Em 21 de dezembro, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável dos administradores e determinados funcionários, o qual será objeto de deliberação Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de fevereiro de 2012.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, levando em conta as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

Nesta mesma reunião, o Conselho de Administração aprovou a alteração do Regimento Interno do Comitê de Governança Corporativa, Ética e Sustentabilidade, que passou a vigorar a partir desta data sob a seguinte denominação: Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade. A alteração da denominação do Comitê ocorreu em razão da exclusão de matérias relacionadas à Ética de sua competência, que será objeto de discussão em outro fórum, e dando ênfase às competências referentes a Governança Corporativa e Sustentabilidade.

RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL ¹

ATIVO (R\$ Milhões)	Dez/11	Set/11	Jun/11	Mar/11	Dez/10
Disponibilidade e reserva no Banco Central do Brasil	65.938	65.296	62.659	57.443	56.800
Ativos financeiros para negociação	29.901	29.783	31.400	23.541	24.821
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	666	657	18.402	18.105	17.939
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	61	93	145	212	292
Instrumentos de Dívida	230	229	214	210	224
Instrumentos de Patrimônio	375	335	18.043	17.683	17.423
Ativos financeiros disponíveis para venda	44.608	44.237	55.680	52.171	47.206
Empréstimos e financiamentos	202.757	194.132	182.637	178.758	174.107
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	19.691	20.294	21.674	23.914	22.659
Empréstimos e adiantamentos a clientes	194.184	184.727	171.379	164.597	160.559
Instrumentos de Dívida	62	80	79	79	81
Provisão para perdas	(11.180)	(10.969)	(10.495)	(9.832)	(9.192)
Ativos tangíveis	5.008	4.698	4.578	4.576	4.518
Ativos intangíveis	31.436	31.113	32.080	31.949	31.962
Ágio	27.218	27.218	28.312	28.312	28.312
Outros Intangíveis	4.218	3.895	3.768	3.637	3.650
Ativo fiscal	16.250	16.986	15.453	14.343	14.842
Outros ativos	3.322	28.081	3.981	3.102	2.468
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	81	79	105	128	116
Ativos não correntes mantidos para venda	132	24.875	47	65	67
Participações em Coligadas	422	418	404	394	371
Outros	2.687	2.709	3.425	2.515	1.914
Total do Ativo	399.886	414.983	406.870	383.988	374.663

PASSIVO (R\$ Milhões)	Dez/11	Set/11	Jun/11	Mar/11	Dez/10
Passivos financeiros para negociação	5.047	6.637	5.337	4.898	4.785
Passivos financeiros ao custo amortizado	291.451	283.179	280.311	261.011	253.341
Depósitos de instituições de crédito	51.527	42.362	45.700	36.995	42.392
Depósitos de clientes ²	174.474	178.638	176.806	174.423	167.949
Títulos de dívida e valores mobiliários	38.590	38.112	32.590	26.907	20.087
Dívidas subordinadas	10.908	10.603	10.276	9.974	9.695
Outros passivos financeiros	15.952	13.464	14.939	12.712	13.218
Passivos diretamente associados a ativos não correntes mantidos para venda	-	22.349	-	-	-
Passivos por contratos de seguros	-	-	20.517	20.179	19.643
Provisões ³	9.515	9.110	9.371	9.010	9.395
Passivos fiscais	11.876	12.063	12.131	10.590	10.530
Outros passivos	3.965	4.653	3.923	3.584	3.605
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	36	25	1	-	-
Outros passivos	3.929	4.628	3.922	3.584	3.605
Total do passivo	321.854	337.991	331.590	309.272	301.299
Total do patrimônio líquido ⁴	78.032	76.992	75.280	74.716	73.364
Total do passivo e patrimônio líquido	399.886	414.983	406.870	383.988	374.663

1. Balanço Patrimonial Contábil não auditado

2. Inclui operações compromissadas.

3. Inclui provisões para pensões e contingências.

4. Inclui participação dos acionistas minoritários e ajuste de valor ao mercado



RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, apresentamos a demonstração de resultado gerencial que difere da demonstração contábil devido ao ajuste do *hedge* fiscal dos investimentos na agência de Cayman, ao ajuste relativo a unificação de classificação contábil de operações de leasing, ocorrida por ocasião da integração de sistemas da Santander Leasing Arrendamento Mercantil, e aos impactos de itens não recorrentes significativos no período. Reclassificamos para a linha de ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos, o efeito fiscal do *hedge* que impacta originalmente na linha de impostos. Abaixo, apresentamos por trimestre os resultados do *hedge* fiscal que são reclassificados na demonstração de resultado gerencial.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)

	4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	1T10
Receitas com juros e similares	13.974	13.277	12.683	11.802	11.189	10.603	9.839	9.278
Despesas com juros e similares	(6.370)	(6.378)	(5.923)	(5.163)	(4.690)	(4.416)	(3.832)	(3.326)
Margem líquida com juros	7.604	6.899	6.760	6.639	6.499	6.187	6.007	5.952
Resultado de renda variável	35	10	45	5	32	2	14	4
Resultado de equivalência patrimonial	7	13	15	18	10	11	13	10
Comissões líquidas	1.855	1.836	1.866	1.782	1.726	1.776	1.710	1.622
Receita de tarifas e comissões	2.281	2.232	2.167	2.089	2.034	2.029	1.929	1.841
Despesas de tarifas e comissões	(426)	(396)	(301)	(307)	(308)	(253)	(219)	(219)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	181	536	420	275	233	472	290	608
Outras receitas (despesas) operacionais	(158)	(46)	(147)	(29)	(138)	(105)	(60)	(45)
Total de receitas	9.524	9.248	8.959	8.690	8.362	8.343	7.974	8.151
Despesas gerais	(3.360)	(3.086)	(2.967)	(2.959)	(2.952)	(2.849)	(2.774)	(2.655)
Despesas administrativas	(1.558)	(1.441)	(1.386)	(1.343)	(1.274)	(1.373)	(1.357)	(1.300)
Despesas de pessoal	(1.802)	(1.645)	(1.581)	(1.616)	(1.678)	(1.476)	(1.417)	(1.355)
Depreciação e amortização	(408)	(359)	(357)	(338)	(349)	(309)	(293)	(286)
Provisões (líquidas) ¹	(738)	(645)	(624)	(630)	(381)	(674)	(290)	(629)
Perdas com ativos (líquidas)	(2.336)	(2.712)	(2.306)	(2.068)	(1.955)	(1.968)	(2.356)	(2.526)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ²	(2.320)	(2.703)	(2.301)	(2.059)	(1.907)	(1.961)	(2.393)	(2.522)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(16)	(9)	(5)	(9)	(48)	(7)	37	(4)
Ganhos líquidos na alienação de bens	6	15	(22)	29	(60)	35	48	117
Lucro operacional antes da tributação	2.688	2.461	2.683	2.724	2.665	2.578	2.309	2.172
Impostos sobre a renda	(889)	(659)	(600)	(653)	(747)	(643)	(543)	(409)
Lucro líquido	1.799	1.802	2.083	2.071	1.918	1.935	1.766	1.763

1. Inclui provisões trabalhistas, cíveis, fiscais e outras provisões.

2. Inclui recuperações de créditos baixados como prejuízo.

De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos (perdas) com a variação cambial (R\$/US\$) do investimento em dólar em Cayman não são tributáveis (dedutíveis). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de *hedge*, composta por derivativos, foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos. Assim, a alíquota efetiva de impostos e o resultado com ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros ainda são impactados por variação na taxa de câmbio.

HEDGE FISCAL DE CAYMAN (R\$ Milhões)

	4T11	3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	1T10
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + diferenças cambiais	(150)	(2.050)	356	198	147	314	(140)	(49)
Impostos sobre a renda	150	2.050	(356)	(198)	(147)	(314)	140	49



ANEXOS
Informações Financeiras Não Auditadas
31 de Dezembro de 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	2011	2010
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	65.938.003	56.800.151
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	29.901.495	24.821.365
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	47.662
Instrumentos de dívida	25.298.804	16.472.413
Instrumentos de patrimônio	448.209	3.283.931
Derivativos	4.154.482	5.017.359
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	665.369	17.939.781
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	60.813	292.034
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-
Instrumentos de dívida	230.037	224.388
Instrumentos de patrimônio	374.519	17.423.359
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	44.608.201	47.206.019
Instrumentos de dívida	43.300.354	45.477.982
Instrumentos de patrimônio	1.307.847	1.728.037
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	202.757.191	174.106.525
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	19.628.861	22.658.520
Empréstimos e adiantamentos a clientes	183.066.268	151.366.561
Instrumentos de dívida	62.062	81.444
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE	80.708	115.640
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	132.388	66.821
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	422.225	370.586
ATIVO TANGÍVEL	5.008.306	4.518.109
ATIVO INTANGÍVEL	31.435.080	31.962.619
Ágio	27.217.565	28.312.236
Outros ativos intangíveis	4.217.515	3.650.383
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	16.250.373	14.842.066
Correntes	2.077.224	1.217.186
Diferidos	14.173.149	13.624.880
OUTROS ATIVOS	2.686.743	1.913.001
TOTAL DO ATIVO	399.886.082	374.662.683

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	5.047.288	4.784.653
Derivativos	4.709.660	4.755.314
Posições vendidas	337.628	29.339
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	-	-
Depósitos de instituições de crédito	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	291.451.686	253.340.771
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	51.527.021	42.391.572
Depósitos de clientes	174.473.891	167.949.201
Obrigações por títulos e valores mobiliários	38.590.423	20.086.645
Dívidas subordinadas	10.908.344	9.695.105
Outros passivos financeiros	15.952.007	13.218.248
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE	36.071	112
PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGURO	-	19.643.129
PROVISÕES	9.515.295	9.395.161
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.246.040	1.190.108
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	8.269.255	8.205.053
PASSIVOS FISCAIS	11.875.899	10.529.625
Correntes	8.127.795	6.249.466
Diferidos	3.748.104	4.280.159
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.927.851	3.605.838
TOTAL DO PASSIVO	321.854.090	301.299.289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77.044.886	72.571.563
Capital social	62.634.585	62.634.585
Reservas	9.950.144	6.094.885
Ações em tesouraria	(112.768)	-
Lucro do exercício atribuível à controladora	7.747.925	7.382.093
Menos: dividendos e remuneração	(3.175.000)	(3.540.000)
AJUSTES AO VALOR DE MERCADO	968.146	783.755
Ativos financeiros disponíveis para venda	960.199	949.597
Hedges de fluxo de caixa	7.947	(165.842)
PARTICIPAÇÕES NÃO-CONTROLADORAS	18.960	8.076
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.031.992	73.363.394
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	399.886.082	374.662.683

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto valores por ação)

	2011	2010
Receitas com juros e similares	51.736.080	40.909.204
Despesas com juros e similares	(23.834.316)	(16.814.126)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	27.901.764	24.095.078
Receitas de instrumentos de patrimônio	93.727	51.721
Resultado de equivalência patrimonial	54.216	43.942
Receitas de tarifas e comissões	8.769.170	7.833.293
Despesas de tarifas e comissões	(1.429.672)	(997.785)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(113.659)	1.458.150
Ativos financeiros para negociação	(902.167)	1.159.058
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	57.039	(26.828)
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado	705.279	254.162
Outros	26.190	71.758
Variações cambiais (líquidas)	(121.364)	416.900
Outras receitas (despesas) operacionais	(379.418)	(347.999)
TOTAL DE RECEITAS	34.774.764	32.553.300
Despesas administrativas	(12.372.632)	(11.230.602)
Despesas com pessoal	(6.643.731)	(5.926.176)
Outras despesas administrativas	(5.728.901)	(5.304.426)
Depreciação e amortização	(1.462.034)	(1.237.410)
Ativo tangível	(570.132)	(487.626)
Ativo intangível	(891.902)	(749.784)
Provisões (líquidas)	(3.061.463)	(1.974.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(9.381.549)	(8.233.810)
Empréstimos e recebíveis	(9.381.549)	(8.232.912)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado	-	(898)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(38.646)	(20.600)
Outros ativos intangíveis	(17.070)	(813)
Outros ativos	(21.576)	(19.787)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	5.320	(59.186)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	446.776	199.137
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	8.910.536	9.996.503
Imposto de renda	(1.154.683)	(2.613.929)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	7.755.853	7.382.574
Lucro atribuível à Controladora	7.747.925	7.382.093
Lucro atribuível às participações não-controladoras	7.928	481
LUCRO POR AÇÃO (em Reais)		
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)		
Ações ordinárias	18,55	17,67
Ações preferenciais	20,41	19,44
Lucro líquido atribuído (em Reais - R\$)		
Ações ordinárias	3.948.342	3.761.914
Ações preferenciais	3.799.583	3.620.179
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) - básica e diluída		
Ações ordinárias	212.841.732	212.841.732
Ações preferenciais	186.202.385	186.202.385

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ADICIONAIS NÃO AUDITADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora									
	Capital social	Reservas	Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Ajustes ao valor de mercado	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2009	62.612.455	2.161.302	-	5.507.606	(1.575.000)	68.706.363	559.042	69.265.405	1.338	69.266.743
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	7.382.093	-	7.382.093	224.713	7.606.806	481	7.607.287
Outras mutações do patrimônio líquido										
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	5.507.606	-	(5.507.606)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(1.575.000)	-	-	(1.965.000)	(3.540.000)	-	(3.540.000)	-	(3.540.000)
Aumento de capital	22.130	(22.130)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	20.976	-	-	-	20.976	-	20.976	-	20.976
Outros	-	2.131	-	-	-	2.131	-	2.131	6.257	8.388
Saldos em 31 de dezembro de 2010	62.634.585	6.094.885	-	7.382.093	(3.540.000)	72.571.563	783.755	73.355.318	8.076	73.363.394
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	7.747.925	-	7.747.925	184.391	7.932.316	7.928	7.940.244
Outras mutações do patrimônio líquido										
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	7.382.093	-	(7.382.093)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(3.540.000)	-	-	365.000	(3.175.000)	-	(3.175.000)	-	(3.175.000)
Pagamento baseado em ações	-	13.153	-	-	-	13.153	-	13.153	-	13.153
Ações em tesouraria	-	-	(112.768)	-	-	(112.768)	-	(112.768)	-	(112.768)
Resultados de ações em tesouraria	-	13	-	-	-	13	-	13	-	13
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956	2.956
Saldos em 31 de dezembro de 2011	62.634.585	9.950.144	(112.768)	7.747.925	(3.175.000)	77.044.886	968.146	78.013.032	18.960	78.031.992

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos financeiros
a) Classificação por categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está demonstrada abaixo:

Em milhares de Reais	2011				
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	60.813	-	19.628.861	19.689.674
Sendo:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	60.813	-	19.690.528	19.751.341
Perda de valor recuperável ("impairment")	-	-	-	(61.667)	(61.667)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	183.066.268	183.066.268
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto ^{(1) (2)}	-	-	-	194.184.437	194.184.437
Perda de valor recuperável ("impairment")	-	-	-	(11.118.169)	(11.118.169)
Instrumentos de dívida	25.298.804	230.037	43.300.354	62.062	68.891.257
Instrumentos de patrimônio	448.209	374.519	1.307.847	-	2.130.575
Derivativos	4.154.482	-	-	-	4.154.482
Total	29.901.495	665.369	44.608.201	202.757.191	277.932.256

(1) Em 2011, o Banco por meio da sua agência em Grand Cayman, adquiriu do Banco Santander Espanha, em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, no montante de US\$943 milhões (2010 - US\$808 milhões).

(2) Em dezembro de 2011, o Banco efetuou a venda de carteira de crédito no montante de R\$688.821mil, com retenção de riscos e benefícios que não foi qualificado para baixa. Os contratos e parcelas de contratos objeto da cessão referem-se a financiamento imobiliário, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2001, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a tais operações cedidas é de R\$886.587 mil, e R\$ R\$686.015 mil de "Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

Em milhares de Reais	2010				
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	47.662	292.034	-	22.658.520	22.998.216
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	151.366.561	151.366.561
Sendo:					
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	-	-	160.558.323	160.558.323
Perda de valor recuperável ("impairment")	-	-	-	(9.191.762)	(9.191.762)
Instrumentos de dívida	16.472.413	224.388	45.477.982	81.444	62.256.227
Instrumentos de patrimônio	3.283.931	17.423.359	1.728.037	-	22.435.327
Derivativos	5.017.359	-	-	-	5.017.359
Total	24.821.365	17.939.781	47.206.019	174.106.525	264.073.690

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros
Empréstimos e recebíveis

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Empréstimos e recebíveis" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2011	2010
Saldo no início do período	9.191.762	10.070.479
Provisão para perdas com ativos financeiros – Empréstimos e recebíveis	11.190.887	9.050.547
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(9.202.813)	(9.929.264)
Saldo no final do período	11.179.836	9.191.762
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	1.809.338	817.635

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis" totalizavam R\$9.381.549 mil e R\$8.232.912 mil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como “Empréstimos e recebíveis” classificado como não recuperável devido ao risco de crédito no período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são os seguintes:

Em milhares de Reais	2011	2010
Saldo no início do período	9.348.648	9.899.884
Adições líquidas	12.926.858	9.378.028
Ativos baixados	(9.202.813)	(9.929.264)
Saldo no final do período	13.072.693	9.348.648

Participações em coligadas
a) Composição

Composição, por empresa, do saldo de “Participações em coligadas”:

Em milhares de Reais	Participação em %		Investimentos	
	2011	2010	2011	2010
Norchem Holding e Negócios S.A.	21,75%	21,75%	24.200	22.325
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽¹⁾	50,00%	50,00%	22.528	28.525
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾⁽⁴⁾	39,64%	39,58%	132.514	106.939
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	39,88%	39,88%	232.017	202.825
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽³⁾	13,64%	13,64%	10.287	9.972
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽³⁾	11,11%	-	679	-
Total			422.225	370.586

Em milhares de Reais	Resultados de equivalência patrimonial	
	2011	2010
Norchem Holding e Negócios S.A.	4.074	1.780
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽¹⁾	(2.973)	2.432
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ⁽¹⁾	25.424	21.025
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ⁽¹⁾	29.102	18.017
Celta Holding S.A. ⁽²⁾	-	522
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽³⁾	909	166
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽³⁾	(2.320)	-
Total	54.216	43.942

(1) Empresa com controle conjunto.

(2) Investimento alienado em 2010.

(3) Embora a participação fosse inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(4) A nova composição da Diretoria encontra-se em processo de aprovação no Banco Central do Brasil (Bacen). A participação será alterada para 39,58% após autorização do Bacen.

(*) As empresas coligadas não possuem suas ações cotadas em Bolsa de Valores.

(**) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas coligadas.

Ativo intangível - Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2011 e 2010.

Em milhares de Reais	2011	2010
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A.	27.217.565	27.217.565
Real Seguros Vida e Previdência	-	1.094.671
Total	27.217.565	28.312.236
Segmento operacional:		
Banco Comercial	27.217.565	27.217.565
Gestão de Ativos e Seguros	-	1.094.671
Total	27.217.565	28.312.236

A movimentação do ágio no período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está apresentada abaixo:

Em milhares de Reais	2011	2010
Saldo no início do período	28.312.236	28.312.236
Alienações:		
<i>Real Seguros Vida e Previdência</i> ⁽³⁾	(1.094.671)	-
Saldo no final do período	27.217.565	28.312.236

	Banco Comercial		Gestão de Ativos e Seguros ⁽³⁾
	2011	2010	2010
Principais premissas:	Valor em uso: fluxos de caixa		
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	10 anos	10 anos	3 anos
Taxa de crescimento	5,0%	5,0%	4,5%
Taxa de desconto ⁽²⁾	15,2%	15,5%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

(3) Em 2011, o ágio da Real Seguros Vida e Previdência foi baixado, em decorrência da venda da totalidade das ações da Santander Seguros.

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

Passivos financeiros

a) Classificação por categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Em milhares de Reais	2011			2010		
	Passivos financeiros para negociação	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Passivos financeiros para negociação	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	-	51.527.021	51.527.021	-	42.391.572	42.391.572
Depósitos de clientes	-	174.473.891	174.473.891	-	167.949.201	167.949.201
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	38.590.423	38.590.423	-	20.086.645	20.086.645
Derivativos para negociação	4.709.660	-	4.709.660	4.755.314	-	4.755.314
Dívidas subordinadas	-	10.908.344	10.908.344	-	9.695.105	9.695.105
Posições vendidas	337.628	-	337.628	29.339	-	29.339
Outros passivos financeiros	-	15.952.007	15.952.007	-	13.218.248	13.218.248
Total	5.047.288	291.451.686	296.498.974	4.784.653	253.340.771	258.125.424

Provisões
a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2011	2010
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.246.040	1.190.108
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	8.269.255	8.205.053
Sendo:		
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões ⁽¹⁾	7.276.568	8.205.053
Provisões para processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (item b iv)	992.687	-
Total	9.515.295	9.395.161

(1) Inclui basicamente provisões para contingências fiscais e outras contingências legais, cíveis e trabalhistas.

b) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões
i. Obrigações legais e provisões tributárias e previdenciárias (risco de perda provável)

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são:

- PIS e Cofins - R\$6.833.010 mil (2010 - R\$5.119.731 mil): diversas empresas do consolidado interpuseram medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.
- CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$49.314 mil (2010 - R\$278.194 mil): refere-se aos processos judiciais ingressados por empresas do consolidado que questionam a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% - 30%) aplicada às instituições financeiras em comparação com empresas não financeiras (8% - 10%). Estes processos não foram objeto da aplicação da Lei 11.941/2009.
- Majoração de Alíquota da CSLL - R\$979.938 mil (2010 - R\$848.734 mil): o Banco e demais instituições do consolidado distribuíram Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.
- ISS - Instituições Financeiras - R\$542.443 mil (2010 - R\$473.371 mil): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.
- INSS - R\$288.137 mil (2010 - R\$259.526 mil): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.

ii. Provisões para processos judiciais e administrativos - ações trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

iii. Provisões para processos judiciais e administrativos - ações cíveis

São processos judiciais relacionados a ações cíveis, sendo:

Ações de Caráter Indenizatório: referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita). Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. Ainda, no mês de outubro de 2011 o STJ decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

iv. Outras ações judiciais de responsabilidade de ex-controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$969.485 mil, R\$14.150 mil e R\$9.052 mil (2010 - R\$455.841 mil, R\$30.764 mil e R\$7.180 mil), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

v. Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

- CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM), atual Produban Serviços de Informática S.A. e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A., ambos no montante de R\$290 milhões. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, conforme acordo entre essas duas companhias, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas sociedades consideraram que o tratamento fiscal adotado era adequado uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF pela alíquota zero. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), julgou os processos administrativos anulando o auto da Santander DTVM e mantendo o do Banco. Ambos processos administrativos aguardam julgamento final dos respectivos recursos junto à última instância do CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$564 milhões.

- IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - A Receita Federal lavrou autos de infração contra o Banco Santander, cujos objetos são a cobrança de crédito tributário relativo a IRPJ e CSLL, anos-base 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador do Grupo Bozano Simonsen, decorrentes de atos de gestão de sua responsabilidade, cujos pagamentos foram quitados pelas entidades do consolidado. A autoridade fiscal entendeu que o valor depositado em favor das referidas entidades corresponde a "renda tributável" e não a reembolsos. Em dezembro de 2011 o CARF julgou o processo administrativo referente ao período base de 2002 (R\$ 438.7 milhões), anulando integralmente o auto de infração. Da decisão cabe recurso por parte da Autoridade junto à última instância do CARF. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$644 milhões.

- Adicional do Preço na Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa - proposição de ação ordinária com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica frente ao Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banespa. O referido item previa o pagamento de acréscimo ao preço mínimo, caso o Banespa viesse a ser desonerado de contingência de natureza fiscal reconhecida na época da privatização quando da fixação do preço mínimo. Após decisão em primeira instância desfavorável, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acolheu recurso de apelação do Banco e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$422 milhões.

- Perdas em Operações de Crédito - visa desconstituir os autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido as condições e os prazos previstos na legislação vigente. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$335 milhões.

- CSLL - Anterioridade – Emenda Constitucional 10 de 1996 - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$108 milhões.

- CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - visa afastar a exigência do crédito tributário formalizado pela Receita Federal do Brasil, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL. O Banco possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis 7.689/1988 e 7.787/1989 no período exigido pela RFB. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$170 milhões.

• INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - refere-se a processos judiciais e administrativos, decorrentes de autuações fiscais, que visam cobrar contribuições previdenciárias sobre os pagamentos efetuados pelo Banco e empresas do consolidado, a título de PLR. As Autoridades Fiscais concluíram que não foram atendidos os requisitos da lei. Contra essas cobranças foram interpostos os recursos cabíveis, pois a Administração entende que foram adotados todos os procedimentos previstos na legislação para caracterizar a natureza de pagamento da PLR. O valor envolvido é de aproximadamente R\$273 milhões.

• Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco ingressou com os recursos cabíveis, cuja a admissibilidade do recurso ao Supremo Tribunal Federal já foi deferida. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Ações - mil					
	2011			2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	16.000.704	16.052.894	32.053.598	38.084.679	36.130.149	74.214.828
De Domiciliados no Exterior	196.841.028	170.149.491	366.990.519	174.757.053	150.072.236	324.829.289
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117
(-) Ações em tesouraria	(391.254)	(355.685)	(746.939)	-	-	-
Total em circulação	212.450.478	185.846.700	398.297.178	212.841.732	186.202.385	399.044.117

A AGE de 27 de abril de 2010 aprovou o aumento de capital no valor de R\$22.130, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, cuja homologação ocorreu em 24 de junho de 2010 pelo Bacen.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	Em milhares de Reais	2011		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾⁽⁵⁾⁽⁹⁾	600.000	1,4366	1,5802	158,0216
Dividendos sobre Reserva de Equalização ⁽²⁾⁽⁵⁾	273.840	0,6556	0,7212	72,1211
Dividendos Intercalares ⁽²⁾⁽⁵⁾⁽⁹⁾	476.160	1,1401	1,2541	125,4059
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾⁽⁵⁾⁽⁹⁾	550.000	1,3168	1,4485	144,8532
Dividendos Intercalares ⁽⁴⁾⁽⁵⁾⁽⁹⁾	100.000	0,2394	0,2634	26,3369
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁶⁾⁽⁸⁾⁽⁹⁾	400.000	0,9592	1,0551	105,5127
Dividendos Intercalares ⁽⁷⁾⁽⁸⁾⁽⁹⁾	775.000	1,8590	2,0449	204,4944
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2011	3.175.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em Março de 2011, ordinárias - R\$1,2211, preferenciais - R\$1,3432 e Units - R\$134,3184, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em Maio de 2011.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em Junho de 2011, ordinárias - R\$1,1193, preferenciais - R\$1,2313 e Units - R\$123,1252, líquidos de impostos.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em Junho de 2011.

(5) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intermediários/intercalares foram pagos em 29 de agosto de 2011.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Setembro de 2011, ordinárias - R\$0,8153, preferenciais - R\$0,8969 e Units - R\$89,6858, líquidos de impostos.

(7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2011.

(8) O valor dos juros sobre o capital e dos dividendos intercalares próprio serão pagos em data a ser oportunamente informada, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(9) O valor dos Dividendos Intercalares e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios do resultado do exercício de 2011.

	Em milhares de Reais ⁽⁹⁾	2010		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾⁽⁴⁾	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares ⁽²⁾⁽⁴⁾	500.000	1,1917	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾⁽⁴⁾	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁵⁾⁽⁸⁾	530.000	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁶⁾⁽⁸⁾	430.000	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	1.280.000	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2010	3.540.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010, ordinárias - R\$0,8141, preferenciais - R\$0,8955 e Units - R\$89,5456, líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de agosto de 2010.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2010, ordinárias - R\$1,0786, preferenciais - R\$1,1865 e Units - R\$118,6479, líquidos de impostos.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010, ordinárias - R\$0,8751, preferenciais - R\$0,9626 e Units - R\$96,2615, líquidos de impostos.

(7) Deliberados pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2010.

(8) O valor dos juros sobre o capital próprio e dividendos foi pago em 25 de fevereiro de 2011.

(9) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2010.

c) Ações em tesouraria

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Units de emissão do Banco Santander que permitia a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias 72.614.100 ações preferenciais, válido até 9 de novembro de 2011. Entretanto, na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2011, foi deliberado o cancelamento deste Programa de Recompra e aprovado um novo Programa de Recompra de Units de emissão do Banco, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação, válido até 24 de agosto de 2012.

O novo Programa de Recompra tem por objetivo: (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e (2) viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco, dos serviços de formador de mercado ("market maker") no Brasil de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos, de acordo com as regras aplicáveis. Parte das Units recompradas será utilizada pelo Banco para proteção ("hedge") contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 57.006.302 Units, representativas de 3.135.346.633 ações ordinárias e 2.850.315.121 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pelo Banco, ou por sua agência em Cayman.

Ainda no dia 9 de novembro de 2010, a BM&FBovespa autorizou a compra de ADRs pelo Santander Madrid ou suas afiliadas de até 3% do total de ações emitidas pelo Banco. Desta forma, somando a quantidade de Units/ADRs que poderão ser adquiridas pela Companhia e pelo Santander Madrid e suas afiliadas, o percentual de ações em circulação, que em 31 de julho de 2011 era de 18,63% e poderá ser reduzido até 14,13%. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Santander de atingir um free float de 25% até 7 de outubro de 2012 (prorrogável sob determinadas condições até 7 de outubro de 2014), previsto no Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 firmado com a BM&FBovespa.

Até 31 de dezembro de 2011, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 5.380.800 Units, no montante de R\$79.547 mil. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit é, respectivamente, R\$14,10, R\$14,78 e R\$16,06. Foram também adquiridas e permaneciam em tesouraria 1.732.900 ADRs, no montante de R\$33.221 mil. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR é US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$14,96 por Unit e US\$8,14 por ADR.

Adicionalmente, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, foram negociadas ações em tesouraria, referente aos serviços de formador de mercado ("market maker") que resultaram em um ganho de R\$13 mil, registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

d) Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social. Em 31 de dezembro de 2011, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global
- Gestão de Ativos e Seguros

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Gestão de Ativos e Seguros inclui os aportes para o Banco decorrentes da concepção e gestão dos negócios de fundos de investimento, previdência privada e seguros das diversas unidades. O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações gerenciados globalmente.

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais	2011			Total
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	
Demonstração (Condensada) do Resultado				
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	24.971.366	2.589.070	341.328	27.901.764
Receitas de instrumentos de patrimônio	93.727	-	-	93.727
Resultado de equivalência patrimonial	54.216	-	-	54.216
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.191.891	796.350	351.257	7.339.498
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(753.198)	513.041	5.134	(235.023)
Outras receitas (despesas) operacionais	(695.387)	(29.304)	345.273	(379.418)
TOTAL DE RECEITAS	29.862.615	3.869.157	1.042.992	34.774.764
Despesas com pessoal	(6.031.433)	(525.525)	(86.773)	(6.643.731)
Outras despesas administrativas	(5.431.219)	(242.032)	(55.650)	(5.728.901)
Depreciação e amortização	(1.331.287)	(105.780)	(24.967)	(1.462.034)
Provisões (líquidas)	(3.024.150)	2.866	(40.179)	(3.061.463)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(9.334.483)	(47.066)	-	(9.381.549)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(33.743)	(4.707)	(196)	(38.646)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	452.096	-	-	452.096
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	5.128.396	2.946.913	835.227	8.910.536

Em milhares de Reais	2010			Total
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	
Demonstração (Condensada) do Resultado				
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	21.301.329	2.501.318	292.431	24.095.078
Receitas de instrumentos de patrimônio	51.721	-	-	51.721
Resultado de equivalência patrimonial	43.942	-	-	43.942
Receitas líquidas de tarifas e comissões	5.529.572	891.897	414.039	6.835.508
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	1.550.319	244.408	80.323	1.875.050
Outras receitas (despesas) operacionais	(596.271)	(29.992)	278.264	(347.999)
TOTAL DE RECEITAS	27.880.612	3.607.631	1.065.057	32.553.300
Despesas com pessoal	(5.354.100)	(512.097)	(59.979)	(5.926.176)
Outras despesas administrativas	(5.003.189)	(215.499)	(85.738)	(5.304.426)
Depreciação e amortização	(1.129.919)	(57.718)	(49.773)	(1.237.410)
Provisões (líquidas)	(1.940.727)	4.039	(37.638)	(1.974.326)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.225.451)	(8.359)	-	(8.233.810)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(20.601)	-	1	(20.600)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	139.951	-	-	139.951
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	6.346.576	2.817.997	831.930	9.996.503

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge fiscal do investimento na agência de Cayman (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Os efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 2011 geraram perdas de R\$1.646.212 mil. Em 2010 foram registrados ganhos de R\$272.131 mil.

Em milhares de Reais	2011			Total
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	
Outros:				
Total do ativo	345.579.236	51.045.367	3.261.479	399.886.082
Empréstimos e adiantamentos a clientes	148.372.380	34.653.359	40.529	183.066.268
Depósitos de clientes	150.404.639	22.471.578	1.597.674	174.473.891

Em milhares de Reais	2010			Total
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	
Outros:				
Total do ativo	308.973.195	40.139.949	25.549.539	374.662.683
Empréstimos e adiantamentos a clientes	121.175.888	30.149.793	40.880	151.366.561
Depósitos de clientes	144.385.872	22.180.522	1.382.807	167.949.201

Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da administração do Banco entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Assembleia Geral do Banco realizada em 26 de abril de 2011, aprovou a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2011, no montante de até R\$283.540 mil, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. Adicionalmente, foi aprovada a remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria para o período de 12 meses a contar de 24 de março de 2011, no montante de até R\$3.960 mil.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria:

Em milhares de Reais	2011	2010
Remuneração Fixa	48.997	45.078
Remuneração Variável	180.221	162.732
Outras	11.818	8.659
Total ^{(1) (2)}	241.036	216.469

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander, e em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.

(2) Em 2011, foram pagos aos Administradores da Santander Seguros e Santander Brasil Asset o montante de R\$8.312 mil (2010 - R\$6.667).

Adicionalmente, em 2011, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$22.768 mil (2010 - R\$23.547 mil).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos conselhos de administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Acionistas	2011					
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	72.876.994	34,2%	61.631.776	33,1%	134.508.770	33,7%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.090.231	1,0%	1.900.210	1,0%	3.990.441	1,0%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	206.664	0,1%	-	0,0%	206.664	0,1%
Funcionários	211.427	0,1%	193.458	0,1%	404.885	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.929.333	17,8%	35.984.611	19,3%	73.913.944	18,5%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Acionistas	2010					
	Ações ordinárias	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais	Ações preferenciais	Total de ações	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding ⁽¹⁾⁽²⁾	206.663	0,1%	-	0,0%	206.663	0,1%
Funcionários	240.934	0,1%	220.512	0,1%	461.446	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.899.827	17,8%	35.957.557	19,3%	73.857.384	18,5%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Em agosto de 2010, ocorreu o arquivamento do Formulário F-1, na CVM e SEC, que informava sobre a intenção de alienação de participação acionária detida pela Santander Insurance Holding, S.L. sob a forma de ADR, no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais de sua propriedade para compor 82.516.728 Units/ADR (que equivalem a participação acionária no Banco Santander de 2,17%). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Aditamento ao Form F-3 e Vendas de ADS pelo Grupo Santander

No dia 14 de novembro de 2011, o Banco Santander protocolou pedido de registro de um aditamento número 2 ao Registration Statement no Formulário F-3, o qual tem validade automática, junto à Securities and Exchange Commission (SEC), para permitir a venda de ADSs ou Units do Banco Santander por empresas do Grupo Santander ou o próprio Banco Santander. Adicionalmente, nos termos de prospecto suplementar arquivado no dia 16 de novembro de 2011, qualquer um dos acionistas Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES), e Banco Madasant – Sociedade Unipessoal S.A. (uma empresa afiliada do grupo) poderá oferecer para venda, periodicamente, até 310.832.288 ADSs ou Units do Banco Santander. O propósito de ditos documentos é ter disponível para venda, em uma base registrada, pelo Banco Santander e certas companhias pertencentes ao Grupo Santander, aproximadamente 8% do capital social do Banco Santander. Conforme informado pelo Santander Espanha, é intenção do Grupo Santander que o registro seja utilizado para: (i) permitir maior flexibilidade ao Grupo Santander com relação ao cumprimento de seu compromisso de entregar aproximadamente 5% de sua participação no Banco Santander nos termos dos títulos permutáveis emitidos; e (ii) cumprir o compromisso do Santander Espanha de atingir um free float de 25% no Banco Santander antes de outubro de 2012 (ou, sujeito a um acordo com a BM&FBOVESPA, antes de outubro de 2014), quando as condições de mercado estiverem apropriadas. Nenhum registro perante a CVM de oferta pública de valores mobiliários no Brasil foi solicitado. Em 09 de janeiro de 2012 o GES transferiu ao Santander Espanha ADRs representativos de aproximadamente 5,18% do capital social do Santander Brasil, em uma reorganização interna no grupo Santander, para a transferência de aproximadamente 4,41% do capital social do Santander Brasil para um terceiro, que entregará essa mesma participação aos investidores dos títulos permutáveis emitidos pelo Santander Espanha em outubro de 2010, quando do vencimento e conforme previsto nesses títulos. A emissão desses títulos permutáveis pelo Santander Espanha foi objeto de Fato Relevante datado de 29 de outubro de 2010. Como resultado dessas transferências o Santander Espanha, direta ou indiretamente, passou a deter 78,14% do capital votante e 76,97% do capital total do Santander Brasil, e o free float passará a ser de 22,75% do capital total.

Outras divulgações
a) Fundos sob gestão não registrados no balanço

Os fundos sob gestão do Banco não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2011	2010
Fundos de investimento	104.877.454	102.516.308
Ativos administrados	8.144.334	8.822.049
Total	113.021.788	111.338.357

b) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$72.825.358 (2010 - R\$194.063.773 mil).

17. Informações complementares – Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

De acordo com a Instrução Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 485/2010, apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, nos períodos apresentados a seguir:

Em milhares de Reais	Nota Explicativa	2011	2010
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		65.578.565	64.850.978
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:			
Taxa de desconto de planos de previdência privada	c	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	d	13.840	(251)
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	303.686	558.032
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	b	1.128.106	220.590
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	e	545.763	300.000
Reversão da amortização do ágio	f	9.786.227	6.682.775
Realização dos ajustes do preço de compra	g	708.533	639.520
Pagamento baseado de ações	h	34.132	20.976
Outros		(85.820)	82.698
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		78.013.032	73.355.318
Participações não-controladoras em IFRS		18.960	8.076
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		78.031.992	73.363.394

Em milhares de Reais	Nota Explicativa	2011	2010
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		3.557.203	3.863.298
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:			
Taxa de desconto de planos de previdência privada	c	-	(1.082)
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	d	18.918	(17.887)
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	18.402	(16.300)
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	b	907.516	219.630
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	e	245.763	82.795
Reversão da amortização do ágio	f	3.103.452	3.241.146
Realização dos ajustes do preço de compra	g	69.013	(87.581)
Outros		(172.342)	98.074
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		7.747.925	7.382.093
Participações não-controladoras em IFRS		7.928	481
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		7.755.853	7.382.574

a) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de receitas e despesas reconhecidas", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

b) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

No resultado refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de empréstimos e recebíveis, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen. Adicionalmente, o patrimônio líquido acumula os ajustes da alocação do preço de compra quando da aquisição do Banco Real, conforme as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios".

c) Taxa de desconto de planos de previdência privada:

Em 2010, o BRGAAP utilizava a taxa nominal de juros para o desconto das obrigações com benefícios previdenciários, enquanto o IFRS, em consonância com o IAS 19 "Benefícios de funcionários" utiliza a taxa de remuneração de mercado de títulos de dívida. Em dezembro de 2010, o BRGAAP passou a adotar a deliberação CVM 600/2009 o que eliminou a assimetria com a norma internacional.

d) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado", visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a "valor justo através do resultado", como também certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

e) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

f) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BR GAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização fiscal do ágio do Banco ABN Amro Real S.A. representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12, relativo às diferenças temporárias.

g) Realização dos ajustes do preço de compra:

Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”, o Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente, aos seguintes itens:

- Apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos a valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

h) Pagamento baseado em ações:

O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 “Pagamento Baseado em Ações”, o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BRGAAP a provisão é efetuada na conta “Outras Obrigações - Diversas”.

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Em milhares de Reais

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação %		Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
		Direta	Indireta		
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽⁴⁾	Administradora de Ativos	99,99%	100,00%	187.770	73.977
Banco Bandepe S.A. ⁽⁴⁾	Banco	100,00%	100,00%	4.408.918	378.659
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ⁽⁴⁾	Leasing	78,57%	99,99%	9.999.296	969.827
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽⁴⁾	Financeira	100,00%	100,00%	1.221.515	347.494
Santander Administradora de Consórcios Ltda. ⁽⁴⁾	Consórcio	100,00%	100,00%	4.231	173
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ⁽⁴⁾	Consórcio	100,00%	100,00%	147.715	38.876
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. ⁽⁶⁾	Microcrédito	100,00%	100,00%	17.556	5.882
Santander Brasil Advisory Services S.A. ^{(1) (6)}	Outras atividades	96,56%	96,56%	40.659	37.837
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) ^{(4) (7)}	Distribuidora	100,00%	100,00%	22.394	13.224
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ⁽⁴⁾	Corretora	99,99%	100,00%	253.076	60.353
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾	Outras atividades	100,00%	100,00%	60.514	11.207
Santander Participações S.A. ^{(1) (6) (7)}	Holding	100,00%	100,00%	268.730	39.191
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. ⁽⁶⁾	Outras atividades	50,00%	50,00%	26.122	12.899
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) ^{(2) (6)}	Holding	100,00%	100,00%	241.716	146.248
Mantiq Investimentos Ltda ^{(6) (9)}	Outras Atividades	100,00%	100,00%	50	-
Santos Energia Participações S.A. ^{(6) (9)}	Holding	100,00%	100,00%	1.311	(144)
MS Participações Societárias S.A. ^{(6) (9)}	Holding	78,35%	78,35%	15.712	397
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A. ^{(3) (5)}	Capitalização	-	100,00%	276.449	135.050
Controladas da Santander Participações S.A.					
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros ^{(6) (8)}	Corretora de Seguros	-	100,00%	166.876	34.469
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	Securitização	-	(a)	-	-

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo.

(1) Nas AGEs realizadas em 26 de agosto de 2011, foram aprovadas: (i) a alteração de sua denominação social de Santander Advisory Services S.A. para Santander Participações S.A.; (ii) a alteração da denominação social da Santander CHP S.A. para Santander Brasil Advisory Services S.A.; e (iii) alteração dos seus objetos sociais de ambas as empresas.

(2) Empresa em fase de constituição.

(3) Participação transferida para a Sancap por meio da cisão parcial da Santander Seguros.

(4) O Patrimônio Líquido Ajustado e o Lucro Líquido estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

(5) O Patrimônio Líquido Ajustado e o Lucro Líquido estão de acordo com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

(6) O Patrimônio Líquido Ajustado e o Lucro Líquido estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do CPC, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

(7) Nas AGEs realizadas em 31 de agosto de 2011, foram aprovadas (i) a Cisão Parcial da CRV DTVM pela Santander Participações, sendo que a versão da parcela cindida refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV DTVM no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários (Santander Securities); e (ii) a Incorporação da Securities pela Santander Participações. Ambos os processos encontram-se em fase de homologação pelo Bacen.

(8) Nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 29 de outubro de 2010 da Real Corretora de Seguros S.A. (Real Corretora) e da Santander Serviços, os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da Real Corretora pela Santander Serviços, com base nos respectivos valores de patrimônio líquido contábil na data-base de 30 de setembro de 2010.

(9) Participação adquirida em 2011.
